

## Centralização e descentralização no sistema educativo\*\*

1. Não creio que a centralização e a descentralização sejam, em si próprias, virtude ou defeito. A ambas correspondem objectivos, estratégias e políticas. Só podem ser compreendidas e explicadas no seu contexto histórico e social. Tanto uma como outra já foram bem ou mal, se assim se pode dizer. Ambas ajudaram a desenvolver a educação e a liberdade, a manter a ignorância ou a ditadura. Ambas podem contribuir para a democracia ou a oligarquia. Nenhuma é valor absoluto. Eis por que vale a pena, quando se defende uma ou outra, argumentar e demonstrar o que se pretende, sem recurso a valores abstractos ou a ortodoxias reinantes.

Nas linhas que se seguem tentarei enumerar algumas das razões que assistem ou terão historicamente assistido aos defensores da centralização. Considero em particular que esta foi útil à sociedade portuguesa, e seguramente também a outras sociedades ocidentais, durante certos períodos. É minha convicção que estão hoje assegurados todos ou quase todos os objectivos pretendidos através da centralização. Donde resulta também que a centralização contemporânea, além de razoavelmente inútil, se vem transformando num obstáculo ao desenvolvimento educativo e num prejuízo social. Finalmente, defendo que a centralização já só satisfaz interesses e necessidades de grupos restritos, como os de certos professores, burocratas, governantes e alguns sindicatos, em detrimento de interesses mais vastos e gerais, como a sociedade civil, o poder local, as regiões, os pais, eventualmente os alunos e, provavelmente, o progresso do saber e da formação.

2. Com as «luzes» do século XVIII toma corpo a ideia de que o poder político, ou o Estado, deve zelar pela instrução e pelo progresso do saber.

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Versão alargada de um texto elaborado para o seminário sobre «Educação, comunidade e poder local», organizado pelo Conselho Nacional de Educação, em Viana do Castelo, a 7 de Dezembro de 1994. Uma apresentação pública deste texto teve também lugar em Santarém, no Instituto Superior de Línguas e Administração, ISLA, em Março de 1995.

E desde o século XIX que se desenhou em muitos países uma forte tendência para que a educação, no sentido restrito de instrução, se constituísse em sistema integrado; se estabelecesse no plano nacional; fosse homogênea e unitária; e obedecesse a uma autoridade central. Estas tendências são contemporâneas, por vezes até coincidentes com o crescente papel do Estado na instrução pública: com uma função reguladora em quase todos os casos, mas em muitos, além disso, como interveniente directo. Mesmo nos países onde sempre foi muito forte a instrução privada, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, o Estado central ou os Estados federados não deixaram de assumir algumas competências.

Em certos casos, foi-se mesmo bastante longe naquelas tendências, ao fazer com que o sistema de educação fosse único, obrigatório, administrado directamente pelo governo e pela administração central, com *curricula* únicos e compulsivos. Em não poucas situações, as iniciativas privadas foram dificultadas ou mesmo proibidas. São conhecidos exemplos de drástica delimitação ou de proibição de iniciativas comunitárias, privadas ou religiosas, no campo da instrução. Em casos extremos, verificou-se a imposição legal de livros únicos e até a retirada de crianças do convívio regular com os pais, a fim de serem convenientemente educadas.

Independentemente dos exageros e das circunstâncias históricas de cada experiência, podem aquelas tendências ser agrupadas nas seguintes categorias: (a) integração; (b) centralização; (c) unificação.

Por integração entendo a criação de vínculos e laços, horizontais e verticais, entre todas as unidades e estabelecimentos educativos, na tentativa de criação de um sistema coerente adaptado a uma entidade territorial e administrativa, em geral de âmbito nacional.

A centralização consiste no estabelecimento de uma autoridade global, em princípio governamental ou estatal, que regule e presida às actividades de todas as unidades do sistema integrado.

Por unificação pretendo referir-me à tentativa de homogeneizar métodos e regras, programas e objectivos, tendo em vista proporcionar uma aprendizagem de saberes iguais em toda uma entidade territorial e administrativa, em geral o Estado-nação, a fim de suscitar comportamentos semelhantes e com o propósito de evitar ou reduzir actuações singulares ou diferentes.

3. Estas tendências não são o resultado de uma conspiração social nem de um espírito do mal que se tivesse abatido sobre a educação. Também não são virtuosos actos do espírito do bem. Têm causas e motivos históricos e é isso que nos interessa.

160 Precedem ou são contemporâneas da formação e da consolidação dos Estados nacionais e da expansão das doutrinas nacionalistas, em detrimento e

à custa dos particularismos locais e regionais. Contrariam o espírito autárquico e as tradições comunitárias. Decorrem da democratização das sociedades, no sentido do estabelecimento de princípios de cidadania, da igualdade entre os cidadãos, da liberdade do indivíduo e da ruptura dos vínculos pessoais e sociais. Coincidem, no tempo, com a instauração ou divulgação dos princípios democráticos e eleitorais aplicados aos sistemas políticos.

Paralelamente a estas tendências, que, aliás, se desenvolvem de modo muito desigual de país para país, cresce nos círculos dirigentes nacionais a ideia de que aos governos compete zelar pela formação de consciências individuais, tanto no plano cultural como cívico. Os responsáveis políticos pelo Estado moderno e, em geral, as elites culturais sentem-se responsáveis, com ou sem motivos desinteressados, pela educação dos cidadãos. Finalmente, a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo criam pressões sobre o Estado e a sociedade no sentido de se encontrarem formas de preparação cultural e de formação profissional dos trabalhadores e técnicos.

Curiosamente, nos países em que se verificou, desde 1917, a instauração de regimes socialistas ou comunistas, algumas destas tendências foram reforçadas e generalizadas. Poderá mesmo afirmar-se que nesses países o poder socialista realizou, no plano educativo, o que o «antigo regime» ou o capitalismo não tinham conseguido.

Impõe-se uma brevíssima referência específica a Portugal. Ao longo do século XIX ficou bem estabelecida em Portugal a ideia de que o Estado tinha responsabilidades no campo da instrução pública<sup>1</sup>. Todavia, mais tarde, nos anos 40 deste século, enquanto noutros países europeus estava já adquirida

---

<sup>1</sup> Data do século XIX o entusiasmo pelas virtudes da instrução pública. A tal ponto que se sucedem as «reformas educativas», em geral globais e unitárias. Quase não há governo, primeiro-ministro ou ministro da Educação que não acreditem piamente na sua missão educativa e não tentem reorganizar profundamente alguns ou todos os graus de ensino. O excelente livro de Rómulo de Carvalho, *A História do Ensino em Portugal*, descreve, com algum pormenor, as sucessivas reformas globais do ensino em Portugal, distando poucos anos umas das outras e todas se pretendendo globais, unitárias, exaustivas e pormenorizadas. Todos se consideraram inovadores. Todos se justificaram com o estado caótico do ensino e com o falhanço das anteriores tentativas. Vários governantes fizeram mesmo mais do que uma reforma global. Só no século XIX, a galeria dos reformadores da educação inclui Mouzinho de Albuquerque, Dias Pegado, Rodrigo da Fonseca, Passos Manuel, Costa Cabral, Fontes Pereira de Melo, Anselmo Braamcamp, Alves Martins, António da Costa, Rodrigues Sampaio, António Augusto de Aguiar, Emídio Navarro, José Luciano de Castro, João Franco, Jaime Moniz, Hintze Ribeiro e Eduardo Coelho, sem falar em reformas menores, nem em pensadores que não desempenharam funções políticas, mas que também elaboraram planos de reformas globais, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, João de Deus ou Feliciano de Castilho.

Excluindo uns brevíssimos episódios descentralizadores, como os de Rodrigo da Fonseca ou Rodrigues Sampaio, as reformas do século XIX consagram a visão centralizadora e unificadora da instrução.

O século XX, apesar do longo período de estabilidade autoritária, foi igualmente prolixo em reformas educativas.

a ideia de que o Estado era responsável, total ou parcialmente, pela criação de um sistema educativo universal e obrigatório, em Portugal ainda se discutiam os fundamentos do problema. Nessa altura, na então Assembleia Nacional, numerosos deputados do partido único (União Nacional) contrariavam os programas de escolaridade obrigatória<sup>2</sup>.

No quadro desta evolução histórica, a última referência importante deve ser feita ao gradual estabelecimento da educação e da cultura como direitos sociais frequentemente protegidos pela lei. Há algumas décadas, o acento tónico era colocado na obrigatoriedade da escola, por cujo cumprimento eram os pais os responsáveis<sup>3</sup>. Hoje o carácter obrigatório aplica-se mais às autoridades públicas, na medida em que lhes competirá satisfazer as aspirações dos cidadãos e criar as condições necessárias à protecção e realização do direito de todos à educação. Noutras palavras, o conceito de escolaridade obrigatória, que nasceu como uma imposição do Estado, na tentativa de convencer ou forçar os pais a levar os filhos à escola, transformou-se num direito dos cidadãos a satisfazer pelo Estado. Melhor ainda: o dever da escola transformou-se no direito à educação<sup>4</sup>. Também esta tendência contribuiu para o reforço dos três princípios organizadores mencionados: integração, centralização e unificação.

4. Aprofundemos um pouco, mesmo se brevemente, as tendências referidas, sublinhando, aqui e ali, alguns fenómenos com especial relevo para a educação.

Dos nacionalismos e da consolidação do Estado nacional, certamente uma das mais importantes características da história dos séculos XIX e XX, decorre o desenvolvimento das ideologias e das doutrinas nacionais, de efeitos

---

<sup>2</sup> V. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Editorial Presença, Lisboa, 1978. João Ameal, por exemplo, disse: «Portugal não necessita de escolas». Ou então: «Ensinar a ler é corromper o atavismo da raça.» Virgínia de Castro e Almeida proclamava: «A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos.» E o conde de Aurora extasiava-se: «Felizes aqueles que não sabem ler!»

<sup>3</sup> Nos textos legais das reformas de Passos Manuel, na década de 1830, pode ler-se: «Todos os pais de família têm rigorosa obrigação de facilitar a seus filhos a instrução das escolas primárias.»

<sup>4</sup> Vejam-se alguns artigos da Constituição da República Portuguesa. «Todos têm direito à educação e à cultura» (artigo 73.º, n.º 1). «O Estado promove a democratização da educação [...]» (artigo 73.º, n.º 2). «O Estado promove a democratização da cultura [...]» (artigo 73.º, n.º 3). «Todos têm direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar» (artigo 74.º, n.º 1). «O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população» (artigo 75.º, n.º 1). «Todos têm direito à fruição e criação cultural [...]» (artigo 78.º, n.º 1). «Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio; [...]» (artigo 78.º, n.º 2).

centrípetos inegáveis. O nacionalismo, em nome dos particularismos e da identidade nacional, leva ao desmembramento dos impérios e das dinastias imperiais; e, em nome da nação, da unidade e, de novo, da identidade nacional, destrói os particularismos regionais. Tudo o que fosse diferente ou particular poderia contrariar o princípio nacional. Tudo o que fosse parecido com outros povos e outras culturas poderia enfraquecer o Estado nacional. Cultura, património e tradições, genuínos ou recriados, são definidos em termos nacionais e constituem uma das raízes sociais do Estado moderno. Mais do que tudo, a língua nacional é transformada em elemento constitutivo e fundador do Estado. Fichte cunhou uma frase infinitamente repetida e glosada nas décadas seguintes: «A minha pátria é a língua alemã<sup>5</sup>.» À saída da Primeira Grande Guerra, é aceite por grande parte da comunidade internacional a ideia de que «a uma língua deve corresponder um Estado», nos dizeres aproximados do presidente americano, Wilson. E são os Estados, mais do que as sociedades civis, que vão fortalecer e divulgar as doutrinas nacionalistas.

Os princípios igualitários e democráticos têm também influência decisiva sobre as doutrinas educativas e as correntes pedagógicas. A educação deve ser universal, aplicar-se a todos os cidadãos. O Estado deve garantir um mínimo de educação para todos. A escolaridade deve ser obrigatória, chegando-se a prever penalizações para os pais que, por qualquer motivo, não queiram cumprir a regra. Se todos têm, como cidadãos, direitos iguais, também na educação a igualdade deve imperar.

Por outro lado, igualdade e universalidade opõem-se aos princípios aristocráticos, que, com o fim do «antigo regime», perderam vigor e importância. O combate contra a educação aristocrática exige, para os defensores dos novos ideais políticos e educativos, a generalização do direito e a imposição do carácter compulsivo da frequência escolar. Aos educadores e preceptores da aristocracia sucedem os professores e os *instituteurs* das sociedades laicas e burguesas. À educação sucede a instrução pública.

Para além das doutrinas e dos princípios políticos, a instrução pública e a homogeneização do sistema de ensino surgem também ligadas a necessidades práticas ligadas à política nacionalista e à economia. Para a primeira era indispensável a organização de um exército nacional, unitário. Para a segunda, em tempos de desenvolvimento do capitalismo industrial, era necessário dispor de uma força de trabalho detentora de um mínimo de conhecimentos formais e comuns. Ler, escrever e contar, ainda por cima na mesma língua, eram exigências da organização militar e da eficácia laboral.

---

<sup>5</sup> Chegou até Fernando Pessoa, nos anos 20 e 30 do século xx: «A minha pátria é a língua portuguesa.»

A escolaridade obrigatória é uma das traves-mestras do estabelecimento do sistema de instrução pública. Entra em choque com as tradições aristocráticas de educação, mas também com a educação religiosa, ou antes, com a educação ministrada por religiosos e por entidades religiosas. Pode parecer paradoxal, mas a ideia de liberdade de ensino surge, em muitos locais, em combinação com a escolaridade obrigatória e com a defesa do papel do Estado. Este era supostamente o único garante de uma educação universal e laica: o Estado neutro é então afirmado, mesmo se, à luz do que sabemos hoje, essa neutralidade era fortemente marcada pelas doutrinas republicanas e democráticas. Estas incluíam frequentemente o laicismo como um dos seus princípios fundamentais. O «Estado neutro» e a «escola neutra» dos fins do século XIX, princípios do XX, são, na verdade, religiosamente neutros, isto é, não têm religião, mas não são ideologicamente neutros, pois defendem o ideário democrático e republicano. Podem mesmo, em certos casos, ser «militantemente» antimonárquicos e anticlericais<sup>6</sup>. É de uma a-religiosidade convicta que se deverá falar, mais do que de uma neutralidade religiosa.

Repare-se num fenómeno interessante. A educação aristocrática é descentralizada e plural, depende das famílias e dos senhores, ultrapassa, em muito, o que virá a chamar-se instrução. A educação religiosa é, na prática, descentralizada, adaptada às igrejas, aos conventos, às congregações, apesar de incluir uma centralidade de conteúdo, a doutrina. Já a educação republicana e democrática é centralizada e laica: será um serviço público, será a instrução pública dos nossos tempos. O Estado deve substituir-se aos aristocratas e às igrejas, na tentativa de assegurar uma coerência de organização, de métodos e de programas. A centralidade da instrução pública não é só organizativa: é também política e social, e não serão poucos os conflitos entre esta concepção de instrução e de escola, por um lado, e as antigas tradições, aristocrática e religiosa, por outro. Os países latinos e católicos, em particular (Portugal, Espanha, França e Itália), deram múltiplos exemplos, nos séculos XIX e XX, de acesas polémicas entre as várias concepções de escola e de instrução. Nos confrontos que, a este propósito, tiveram lugar, é raro serem apenas duas concepções de escola que se encontram frente a frente, mas sim duas ou mais ideias de sociedade, de política e do Estado.

A este propósito, é muito interessante proceder ao estudo comparado da evolução dos sistemas e das políticas de ensino em sociedades predominantemente

---

<sup>6</sup> V., entre muitos outros, por exemplo, João de Barros, *Educação Republicana*, Lisboa, 1916, e *A Educação Moral na Escola Primária*, Lisboa, 1914. No primeiro daqueles livros pode ler-se, no prefácio, o que é um verdadeiro resumo programático: «Sem (a efectivação dum plano educativo geral), com efeito, poderemos dar à República, no momento que passa, todo o esplendor, toda a sabedoria, toda a ordem e toda a paz: — não lhe daremos, porém, os defensores futuros do ideal que representa, não a consolidaremos na consciência da mocidade, deixando, portanto, de crear essa coesão entre o Presente e o Porvir dum povo, que é a garantia mais sólida do prestígio e da força do regimen que ele escolheu.»

temente protestantes ou maioritariamente católicas. Nas comunidades de tradição protestante, o ensino e a instrução pública conhecem, em geral, progressos mais rápidos. Várias razões ajudam a explicar este fenómeno. Sem obediência a Roma e na ausência de uma estrutura «multinacional», os protestantes estão mais próximos das culturas locais e dos nacionalismos emergentes. Os Estados nacionais encontrarão terreno fértil neste cruzamento de culturas e religião. A instrução de massas, igualitária, será mais fácil em sociedades onde os indivíduos estabelecem as suas relações directamente com Deus. Além disso, o acesso individual aos textos sagrados, à Bíblia, pressupõe a igualdade de condições e exige a prática da leitura.

Iniciada no século XIX, mas aceite e generalizada algures no século XX, a ideia de um sistema público de ensino, o essencial das reformas e das reorganizações teve quase sempre os mesmos objectivos: centralizar, unificar e integrar<sup>7</sup>. O Estado e os governos viram, na educação, um meio excelente para afirmarem a sua autoridade. Através da educação, esperavam, seria possível formar cidadãos, zelar pelas consciências, cuidar pelos comportamentos e formar técnicos e trabalhadores. Nos anos 30 e 40, em Portugal, era frequente utilizar-se, com positiva convicção, a fórmula «moldar os espíritos». Antes disso, são inúmeras as metáforas e comparações da escola com «viveiro», «alfobre», «berço» e até «fábrica». Aceite o essencial, a intendência seguia. A unidade do sistema era defendida e promovida a fim de facilitar a gestão centralizada do sistema. A sua homogeneidade era considerada indispensável para obter economias de escala na administração de um corpo social e administrativo que não cessou de crescer. Até para permitir a liberdade de circulação e a mobilidade dentro do sistema (de professores e de estudantes e alunos) foi postulada a necessidade da igualdade entre todas as partes.

A tudo isto acresce-se a contribuição dada pelos professores. Estes, de modo geral (que não exclui excepções), defenderam a centralidade. Conforme os tempos, os regimes políticos e as circunstâncias concretas, tal reivindicação poderia ter tonalidades diversas. Mas, no essencial, unidade, integração e centralidade são também o resultado da acção dos professores, suas associações e sindicatos. É fácil ver porquê. As razões são várias. Primeiro, o sindicalismo não vê com bons olhos a diversidade e a descentralização. Estas são consideradas, em geral, como ameaças. Segundo, ter um só «patrão», o governo, é vantajoso, permite concentrar forças e não dispersar meios. Terceiro, a estatização da instrução torna-a uma realidade política, receptiva a toda a espécie de argumentos eleitorais, o que pode aumentar o poder negocial dos professores. Quarto, a mobilidade dos professores, a sua

---

<sup>7</sup> Contrariando as pulsões descentralizadoras de Rodrigo da Fonseca, que atribuiu aos municípios grande parte das responsabilidades educativas, as reformas de Passos Manuel tinham já definido claramente, em 1836, os objectivos da centralização e da estatização.

liberdade de circulação entre escolas e entre regiões, exige um grau elevado de homogeneidade e integração: programas, calendários escolares, vencimentos, condições contratuais, manutenção de direitos de carreira, etc. O estabelecimento de uma carreira docente, com segurança e garantia de emprego, foi sempre entendido pelos professores como uma consequência da unidade do sistema. Finalmente, de modo muito claro em Portugal, mas também frequente noutros países, sempre os professores viram com receio uma eventual dependência funcional ou contratual de outras entidades que não o Estado: pais, comunidades locais, autarquias, associações, empresas privadas e igrejas não são bem vistos, pelos professores, como eventuais substitutos do Estado central e do Ministério da Educação.

Não é absolutamente rigoroso afirmar que os professores sempre defenderam a centralidade e sempre se opuseram à descentralização. Na verdade, é muito usual ouvir ou ler argumentos de docentes e das suas organizações pugnando por uma descentralização pedagógica e de gestão das escolas. Mas tal argumento não contraria o essencial: estas reivindicações reclamam para a escola e para os professores poderes e competências efectivos, mas dentro do sistema centralizado. A autoridade do governo e a unificação do sistema não são postas em causa, a começar pelas competências em matéria contratual e de carreira. O que muitos professores e suas organizações receiam é a intervenção de autoridades exteriores à escola e ao Ministério da Educação, tais como as autarquias.

Para terminar, a centralidade e a unificação foram geralmente defendidas pelas forças políticas das várias correntes doutrinárias, isto ao longo de muitas décadas. Apesar das excepções, a maior parte dos partidos políticos de quase todos os países ocidentais (e noutros continentes não devemos andar muito longe deste padrão) defendeu e reforçou a centralidade do sistema de instrução. Uma vez, por preocupações decorrentes do nacionalismo e dos programas de integração nacional. Outras, pela convicção de que os governos são os responsáveis pela formação não só técnica e cultural, mas também moral e cívica, dos cidadãos. Outras ainda, pela ambição de poder vir a reformar o sistema educativo, de orientar a sua organização e de por ele ser responsável perante o eleitorado.

A título de mera ilustração, note-se como, em Portugal, os republicanos das primeiras décadas do século, a «União Nacional» do Estado Novo e, do Estado democrático, os partidos social-democrata, socialista e comunista defendem e promovem a centralidade e a unificação do sistema educativo. Todos defenderam a responsabilidade moral e cívica do Estado. Todos combateram a ideia da «escola neutra» ou do «Estado neutro» em matéria educativa. Todos pugnaram por uma escola que defendesse e servisse os ideais cívicos, culturais e políticos, que correspondessem às suas interpretações do

interesse e dos «valores» nacionais<sup>8</sup>. Todos recusaram a entrega, por inteiro, das escolas às comunidades locais, às autarquias e às regiões. E, quando entrega houve, teve de ser qualificada. Por exemplo, nos casos das regiões autónomas, a partir de 1976, tal só foi possível porque o programa autonómico teve, nessa altura, uma excepcional força política e arrastou consigo a instrução pública. Outro exemplo ainda: a recente entrega das escolas básicas aos municípios. Foi uma entrega real, mas parcial. Em muitos aspectos, o essencial do sistema continua centralizado.

Desde as luzes dos finais do século XVIII, passando pelo vintismo, pelos liberais e pelos regeneradores, até aos republicanos, ao corporativismo e à democracia do fim do século XX, foi um longo caminho no sentido da centralização e da unificação da educação. *Curricula*, programas, métodos, disciplina, manuais, calendário, horários, sinais exteriores, símbolos, etiqueta, estética e rituais, nada escapou.

Foi um processo histórico e teve, à luz do que sabemos ou pensamos hoje, inúmeras consequências, positivas ou negativas, conforme os pontos de vista e as idiossincrasias: o direito à educação, a responsabilidade do Estado, a igualdade de direitos, a formação cultural, a liberdade de expressão, a autoridade do governo nacional, a destruição de particularismos, a identidade nacional, a formação cívica e política, a criação de exércitos nacionais, a formação de uma força de trabalho com cultura homogénea e a segurança profissional dos docentes são, entre outras, algumas das consequências deste processo ou alguns dos fenómenos sociais para que a instrução pública, conforme a caracterizei, contribuiu.

E retenhamos ainda uma ideia: as principais linhas de força da evolução do sistema educativo público não tiveram um sentido histórico e doutrinário unívoco. A centralidade, a integração e a unificação não serviram apenas a democracia e a igualdade entre os cidadãos, mas também os regimes autoritá-

---

<sup>8</sup> Veja-se, por exemplo, João de Barros, in *A Educação Republicana*: «Moralmente, os portugueses do século XIX são, de um modo geral, inteiramente desvirilizados, sobretudo os das chamadas classes dirigentes.» É preciso «republicanizar o país, republicanizar a escola; fazer educação republicana é inspirar a nossa pedagogia nos princípios educativos absolutamente contrários àqueles que dantes seguia e adoptava a escola portuguesa, e também ensinar ao aluno o mais arreigado amor à sua pátria [...] Rara é aquela família onde existe o culto das nossas glórias, dos nossos heróis, dos nossos homens ilustres.» Anos mais tarde, Cordeiro Ramos, várias vezes ministro da Instrução Pública da «ditadura nacional» e de Salazar, decretava as normas do ensino da história: «Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oito séculos da História de Portugal [...] A Ditadura Nacional entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História [...] Tudo deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas (dos compêndios) a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo.» (Cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, 1986.)

rios. Embora com valores diferentes, tanto a 1.<sup>a</sup> República como o Estado Novo tentaram impor um modelo único de educação, uma escola politicamente orientada e uma pedagogia ideologicamente definida, assim como um sistema educativo apertadamente submetido ao Estado. A laicização não contribuiu apenas para o desenvolvimento de escolas tolerantes e pluralistas, mas também ideológicas e orientadas. A natureza real da escola e do sistema educativo acabou por depender mais da sociedade envolvente e do regime político e social do que das doutrinas pedagógicas.

Finalmente, não parece razoável, nem empiricamente demonstrável, pensar que o centralismo político tenha tido uma contribuição decisiva para o desenvolvimento ou o atraso da educação, da cultura ou até da economia. Na verdade, praticamente todos os sistemas educativos ocidentais são mais centralizados do que descentralizados, enquanto os graus de desenvolvimento de cada país são muito diferentes.

O atraso da educação em cada país tem as suas razões próprias. Para Portugal, por exemplo, e à luz do que acima se disse, poderia formular-se uma hipótese de utilidade meramente especulativa. Os factores que retardaram a instrução pública e a alfabetização em massa da população terão sido: (a) o facto de se terem definido muito cedo as linhas de demarcação com os restantes povos ibéricos; (b) a circunstância de se ter estabelecido uma rara coincidência entre Estado e língua; (c) a tradição católica, largamente maioritária, implicando a obediência a Roma; (d) o atraso e a fragilidade da industrialização.

5. A interrogação que hoje me importa é a seguinte: em que medida é que as causas ou as circunstâncias destas tendências (centralidade, integração e unificação) se justificam ainda em Portugal nos fins do século XX? Deveremos continuar a postular as características programáticas e organizativas da instrução pública tal como se desenvolveram desde os fins do século XVIII, mais apropriadamente desde meados do século XIX?

A minha resposta é negativa. As circunstâncias históricas são consideravelmente diferentes, para não dizer totalmente. Muitos dos objectivos explícitos dos que pretendiam um sistema de instrução pública com as características referidas foram atingidos. O sistema educativo centralizado, integrado e unificado acabou por criar novos problemas, em grande parte insolúveis dentro dos quadros do próprio sistema. Na sociedade portuguesa contemporânea, no Estado, nas regiões, nas escolas e na sociedade civil, em geral, há novas expectativas, novas aspirações e novos quadros mentais, assim como novas exigências, às quais o sistema educativo tradicional parece incapaz de dar resposta.

Passemos em revista algumas das realidades contemporâneas. A igualdade estatutária e de condição entre cidadãos está garantida. A Constituição, em

conjugação com as grandes «cartas» de direitos humanos<sup>9</sup>, assegura, protege e garante os direitos dos cidadãos, estabelecendo a sua igualdade de condição e direito. Tais direitos e garantias transparecem hoje na maior parte da legislação portuguesa. No essencial, as desigualdades existentes são de carácter social, não jurídico. Sob este ponto de vista, pode afirmar-se que a democratização da sociedade está assegurada: não há privilégios de condição, estatuto ou família.

Por outro lado, a unidade da língua nacional está garantida<sup>10</sup>. Os dialectos existentes têm significado marginal. Não existem relevantes minorias nacionais ou subnacionalidades e muito menos se detectam forças centrífugas de cariz nacionalista. A integração nacional é indiscutível. Não existem forças externas que, contra a vontade dos Portugueses, ponham em causa o Estado-nação. Ao mesmo tempo, o nacionalismo cultural e político tem pouco vigor, estando, aliás, contrariado pela integração europeia e pela afirmação crescente da sociedade aberta.

A organização da defesa nacional é hoje de carácter marcadamente multinacional. Tal como, de modo crescente, a organização da produção industrial, do comércio e dos serviços.

Social e politicamente, o Estado é unitário, sendo inexistentes as forças centrífugas de cariz aristocrático. Por seu turno, a democracia política está fundada. O regime e as instituições políticas reconhecem e integram os princípios da representação e da igualdade entre cidadãos.

O direito à educação está constitucionalmente consagrado, legalmente protegido e culturalmente enraizado. Os deveres e as obrigações do Estado relativamente à educação estão firmemente ancorados, havendo apenas grandes diferenças sociais quanto ao método e à qualidade de cumprimento desses deveres. A universalidade do sistema educativo está garantida e «faz parte dos costumes», o que, em certo sentido, tem tanta ou mais força do que a lei positiva. Os direitos e os deveres dos pais e dos alunos estão assumidos socialmente e fazem parte do património cultural. A escolaridade obrigatória deixou culturalmente de ser um imperativo legal, imposto aos pais pelo Estado, para se transformar no dever que o Estado tem de satisfazer uma necessidade ou um direito dos cidadãos.

Finalmente, a liberdade de ensinar e de aprender está constitucional e politicamente garantida. A escola pública ideológica, religiosa, programática

---

<sup>9</sup> «Declaração Universal dos Direitos do Homem», de 1948, e «Convenção Europeia dos Direitos do Homem», de 1950. Ambos os documentos são expressamente referidos na Constituição da República Portuguesa.

<sup>10</sup> Em Portugal, aliás, sempre esteve. Nesta óptica, bem pode dizer-se que Portugal é um caso especial. Na Espanha, na Itália, na França, na Bélgica, na Grã-Bretanha e na maior parte dos países da Europa central e oriental, a unidade linguística, quando foi alcançada, é um fenómeno muito mais recente, pertencendo já ao século xx.

e sectária parece ultrapassada. Religião, moral, estética, civismo e artes surgem cada vez mais como faculdades tolerantes e toleráveis nas escolas e nos programas.

Em conclusão: as circunstâncias históricas que estão na origem de sistemas educativos centralizados, unificados e nacionalmente integrados, estão largamente ultrapassadas. As necessidades que levaram à criação do sistema educativo, tal como o conhecemos hoje e com as características descritas, estão geralmente satisfeitas, protegidas pelas leis e garantidas pelos costumes: mais do que a política educativa e respectivas instituições, são a sociedade no seu todo, a Constituição, o regime político e as instituições que garantem a igualdade de direitos entre cidadãos.

6. Nas circunstâncias históricas a que aludi, sob a inspiração dos princípios referidos e em resposta às necessidades mencionadas, foi-se edificando um complexo e vasto sistema educativo. No caso português, integração, unificação e centralização foram levadas muito longe: é disso prova, por exemplo, a pouca importância relativa, até 1974, do sector particular<sup>11</sup>. Na verdade, o essencial do sistema educativo era estatal, com especial relevo para o ensino superior. Até àquela data, toda a administração escolar era centralizada, incluindo o recrutamento dos professores, as construções escolares e a gestão dos estabelecimentos. As comunidades locais e as autarquias não tinham competências nem desempenhavam funções educativas. Os programas e critérios pedagógicos eram unificados e centralmente definidos. Durante várias décadas esteve em vigor o sistema de «livro único».

Nos últimos dez a quinze anos, algumas mudanças vieram, contudo, alterar o panorama hipercentralizado, unificado e integrado. Assim, por exemplo: foram criadas várias universidades e escolas superiores privadas; parte das responsabilidades do ensino básico «primário» transitou para as autarquias municipais; foram criadas «direções regionais de educação»; foi decretada a autonomia das universidades e dos institutos superiores politécnicos. Por um lado, estas e outras alterações introduziram no sistema educativo alguns dispositivos de descentralização funcional. Por outro lado, através sobretudo do crescimento do sector privado, criaram uma relativa diversida-

---

<sup>11</sup> Com excepção do ensino secundário. Com efeito, até finais da década de 60, o ensino secundário particular era mais vasto do que o público. Em 1964, o ensino liceal privado era frequentado por cerca de 75 000 alunos, enquanto o oficial apenas acolhia 54 000 (cf. Aldónio Gomes, «Ensino público, particular e cooperativo», in *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, 1981). Ficou a dever-se às reformas de Marcelo Caetano e Veiga Simão a redução do ensino particular secundário a uma minoria, tendência confirmada pelos primeiros anos do regime democrático, após 1974. Em 1993-1994, o número de alunos do ensino secundário público era de 320 000, enquanto o do particular se ficava pelos 24 000. Nos três ciclos do ensino básico contavam-se 1 248 000 alunos no sector público e 106 000 no privado.

de. Mas as características essenciais do sistema, a integração, a unificação e a centralidade, tendo embora conhecido mudanças de grau, mantêm-se.

Ora, a dimensão e a complexidade actuais do sistema educativo exigem um reexame desinibido, livre de postulados. Só por si, ao longo das últimas décadas, o sector público revela um crescimento quase exponencial, que o torna de muito difícil gestão. Contam-se, actualmente, cerca de 18 000 estabelecimentos escolares de todos os graus, frequentados por 2,3 milhões de alunos e estudantes. O número de docentes atinge os 155 000. O total de efectivos do Ministério da Educação é de 230 100, o que permite calcular em cerca de 75 000 o número de técnicos e administrativos, incluindo o pessoal auxiliar não docente. O orçamento de despesa deste sistema é, para 1995, de aproximadamente 757 milhões de contos, ou seja, mais de 15% da despesa pública nacional. É, actualmente, o maior orçamento do Estado. Este sistema, no qual estão directamente interessadas 2,6 milhões de pessoas, isto é, 26% da população, atingiu tais dimensões que a sua gestão racional e eficaz, se conduzida de modo centralizado, se afigura impossível.

A este sector público convém acrescentar o sector privado, dado que, em conjunto, formam o sistema educativo nacional. São cerca de 3650 estabelecimentos de ensino, frequentados por 318 800 alunos e estudantes e nos quais leccionam 26 700 docentes. Temos assim, no total, quase 3 milhões de pessoas (mais de 30% da população) directamente envolvidas no sistema educativo, sem contar os pais.

É este sistema, com esta dimensão física, humana e financeira, que tem estado na origem de graves dificuldades de gestão e de reforma. É este sistema que tem sido atravessado, tanto em Portugal como em muitos outros países ocidentais, por muito sérias crises de administração, de financiamento, de rentabilidade social, de qualidade pedagógica e científica e de funcionamento, cujos contornos são sobejamente conhecidos. A burocracia centralizada é cada vez mais ineficiente na resolução dos problemas quotidianos das escolas, para a qual, aliás, os professores, os pais, os funcionários ou o poder autárquico não têm ou têm poucas competências e escassos meios<sup>12</sup>. A orientação central do sistema levou à quase exclusão dos pais e das populações locais da organização, da orientação, da gestão e da avaliação das escolas, que, assim, ficam na dependência dos governantes, da burocracia e dos professores.

As «reformas» do sistema educativo, que se sucedem a ritmo rapidíssimo em todos os países ocidentais, são sinal do mal-estar generalizado existente

---

<sup>12</sup> São bem conhecidos os múltiplos episódios de crise no sistema educativo, que quase sempre adquiriram contornos e âmbito nacionais e que decorrem, pelo menos parcialmente, das dificuldades de gerir e administrar este enorme universo. Entre outros exemplos podem citar-se a colocação de professores, a abertura dos anos lectivos, os sistemas de avaliação, as taxas de insucesso, as provas de acesso ao ensino superior, o pagamento de propinas nas universidades, etc.

nos sistemas e nas escolas. É verdade que esse mal-estar não resulta exclusivamente da escola, nem das características do sistema educativo, antes resulta também, em grande parte, da sociedade envolvente. Mas também é resultado da desadequação da escola à sociedade. E a profusão de «reformas», em geral globais, nacionais e unificadas, traduz uma vontade política de procurar soluções sem, no entanto, pôr em causa alguns postulados do sistema: a integração, a centralidade e a unificação. É a procura, por tacteamento, de remédios, sem tocar nas causas.

A «crise da educação» é um fenómeno comum a quase todos os países ocidentais. Ou, pelo menos, a ele se referem múltiplos autores, políticos, académicos e educadores, na maior parte desses países. E não podemos negar que são vítimas dessa «crise» tanto os sistemas fortemente centralizados, entre os quais o português, como os relativamente descentralizados, de que os anglo-saxónicos são exemplo. Acontece que parte importante do que é a chamada «crise da educação» deve ser procurada fora dos limites do sistema educativo. Com efeito, um dos elementos essenciais dessa «crise» reside na desadequação entre as expectativas (o que se espera que a escola possa dar) e os resultados (o que a escola efectivamente dá). Culpa-se a escola pelos comportamentos «desviantes», pela droga, pelo desemprego, pela «falta de civismo», pela formação cultural medíocre, pela má preparação profissional e até pelo declínio da família!

Nestes termos, o problema não é solúvel. A escola, na sociedade contemporânea, não dá, nem pode dar, o que dela se exige. O que hoje se espera da escola é ainda, em grande parte, o resultado das esperanças nela depositadas nos tempos gloriosos do nacionalismo e nos tempos em que nasceram as ideias de democratização, de cidadania e do direito à educação. Eram tempos em que se acreditava que a escola «formava os cidadãos do futuro» e se dedicava à «formação integral do homem». Ora, essa escola, se é que algum dia existiu, está ultrapassada. A escola está hoje em competição com a família, a cultura jovem, a imprensa, a televisão, o rádio, o desporto, a empresa e as múltiplas formas de sociabilidade juvenil. A escola é apenas um dos contributos. É um dos mais importantes, mas não estou sequer seguro de que seja o mais importante. Por isso, sublinho, devemos pedir à escola o que ela pode dar. E devemos, ao tentar mudar-lhe algumas das suas características atávicas, não alimentar ilusões. Isto é, por exemplo, não esperar que a descentralização e a diversificação resolvam os problemas, muito mais profundos, de geração e de civilização.

O sistema educativo português conheceu, desde 1970, uma formidável expansão. Em vinte e cinco anos conheceu também várias «reformas» de fundo. A essas «reformas» é frequentemente atribuída a expansão escolar. Tal juízo esconde, todavia, outras realidades. Não foram, por exemplo, estudadas as consequências pedagógicas e culturais da sucessão de «reformas», de experiências e de transformações, decorrentes de mudanças de regime

político, de governos, de maiorias parlamentares, de ministros, de secretários de Estado ou até de directores-gerais. Não foram estudados os aspectos qualitativos das mudanças e das «reformas». Sabe-se que se ensina muito mais, como se sabe que o analfabetismo jovem está praticamente extinto. Mas não se sabe, realmente não se sabe, se se ensina melhor ou se melhor se aprende.

Como nunca foram calculados os custos e desperdícios das «reformas» educativas nacionais, das leis contraditórias, das experiências pedagógicas ordenadas pelo ministério e das alterações programáticas decretadas desde 1970. O que não impede que o sistema, fechado, auto-sustentado e refractário à sociedade, esteja em permanente alteração.

É verdade que o sistema centralizado promove a igualdade absoluta, mas fá-lo a ponto de contrariar a diferença, pelo mérito e pelo esforço, seja dos estudantes, seja dos professores.

Assegurados que estão alguns valores fundadores dos sistemas educativos modernos, como a unidade nacional, a integração do Estado-nação, a igualdade dos cidadãos, o direito à educação e a universalidade da educação, não se vê razão suficiente para manter os princípios, os métodos e os critérios que, cada vez mais, parecem obsoletos e desadequados às necessidades actuais e às expectativas dos cidadãos contemporâneos. Não vejo razões suficientes para manter o sistema educativo fortemente unificado, impedindo que uma escola, ou um grupo de escolas, ou as escolas de uma região, escolham e tracem o seu caminho, progredindo de modo diferente das outras, deixando a sociedade colher os frutos e a riqueza da diversidade. Não parece razoável que não se confie nos efeitos multiplicadores que poderão ter as melhores escolas sobre as outras, beneficiando todas das consequências de uma permanente emulação. Não se vêem razões bastantes para impedir que as autarquias locais e regionais assumam a totalidade das responsabilidades relativamente às escolas, aos professores, à gestão, ao funcionamento e ao desenvolvimento dos estabelecimentos escolares. Como não se descortinam motivos que justifiquem o afastamento deliberado dos pais, dos autarcas, das empresas, das organizações sociais e das associações profissionais ou culturais relativamente às escolas, quer elas sejam básicas, secundárias ou superiores, públicas ou privadas.

São estas as razões pelas quais entendo que a educação deve ser objecto de uma análise sem dogmas paralisadores. Eis por que me parece indispensável experimentar novos princípios. Em primeiro lugar, a *desintegração* do sistema educativo, permitindo a diversidade, a diferença e a emulação. Segundo, recen-trar as preocupações na *escola*, em cada escola, e não mais no sistema. Terceiro, fazer das *comunidades locais*, designadamente a comunidade autárquica, o princípio de organização e de responsabilidade da escola. Quarto, descentralizar, para as escolas e para as autarquias, as responsabilidades e os meios, eliminando, em grande parte, a autoridade educativa central.



## Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais\*\*

Integrado num inquérito mais vasto, possuímos doravante um significativo conjunto de indicadores que consente uma caracterização inédita do eleitorado português segundo as suas simpatias e antipatias partidárias<sup>1</sup>. A fundamentação teórico-metodológica do projecto global, iniciado em 1990 por solicitação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, foi fornecida em publicações anteriores, bem como noutros textos de análise parcial de resultados já publicados ou a publicar brevemente. Dispensamo-nos, pois, de repetir o que lá se diz, pedindo aos leitores interessados o favor de se reportarem a esses escritos<sup>2</sup>.

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a colaboração de Eduardo de Freitas (ISCTE), Artur Neves (ISEG) e Maria de Lurdes Rodrigues (ISCTE).

\*\*Em Abril-Maio de 1994 foram realizadas pelos serviços da EUROEXPANSÃO, junto de uma amostra representativa da população adulta portuguesa, 1500 entrevistas na Região Norte de Portugal e 1000 entrevistas no resto do país, para o projecto «Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento», financiado pela JNICT (STRDA/C/CSH/689/92) e pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, com o apoio do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> A expressão «simpatia» foi a opção final dos autores para a formulação da pergunta relevante feita aos inquiridos acerca da sua atitude perante as formações políticas do espectro partidário português. Por isso foi aqui mantida de forma sistemática, abrindo por contraste para a noção, puramente terminológica, de «antipatia». Esta opção impede, portanto, que as respostas obtidas sejam confundidas com os resultados que se teriam obtido no caso de havermos optado por inquirir acerca das «intenções de voto» dos respondentes, embora não deixe de consentir algumas aproximações aos comportamentos eleitorais efectivos. Tais comparações não serão, contudo, feitas neste estudo. Em contrapartida, a noção de «simpatia» pode ser aproximada de expressões análogas, frequentemente utilizadas em estudos semelhantes ao nosso, tais como «identificação» ou «proximidade» em relação aos partidos dos diversos espectros políticos.

<sup>2</sup> M. V. Cabral (1994), «Equidade, economia e cidadania: crescimento económico e equidade social no Portugal democrático», in *Análise*, Lisboa, Gabinete de Filosofia do Conhecimento, n.º 17, pp. 231-246; M. V. Cabral (1995), «Sociedade e desenvolvimento económico: uma proposta teórico-metodológica», a publicar pelo SOCIUS/ISEG; M. V. Cabral, com Eduardo de Freitas e Maria de Lurdes Rodrigues (1993), «Atitudes da população portuguesa perante o desen-

A primeira característica a assinalar e, porventura, a mais importante de todas é aquela que resulta da pergunta feita a concluir o questionário. Nela se pedia aos inquiridos que dissessem se tinham *simpatia* por algum dos partidos políticos do espectro nacional, ao mesmo tempo que se lhes oferecia, naturalmente, a possibilidade de *não responder* e ainda a possibilidade de indicarem que *não tinham simpatia* por qualquer partido. Verifica-se, com efeito, que uma parte muito substancial do eleitorado português (40%) optou por não revelar as suas simpatias ou declarou não ter simpatia por qualquer organização do espectro partidário nacional:

CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
3,5	20,5	29	6	1	24	16

Sem prejuízo de comentários mais desenvolvidos, nomeadamente de índole comparativa relativamente a países com regime democrático consolidado ou em vias de consolidação, é desde já de assinalar a relutância dos Portugueses a identificarem-se, ao menos na presença dos entrevistadores, com qualquer dos agrupamentos do nosso vasto espectro partidário<sup>3</sup>. É pos-

volvimento», in Teresa Patrício Gouveia (org.), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, FLAD-Pub. Dom Quixote, Lisboa, pp. 23-63; M. V. Cabral (1991), «Alguns aspectos da condição feminina em Portugal», in *Organizações e Trabalho*, Lisboa, APSIOT, pp. 17-35; M. V. Cabral (1995) «Equidade social, Estado-providência e sistema fiscal: atitudes e percepções da população portuguesa (1991-1994)», a publicar em *Sociologia — Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES/ISCTE.

<sup>3</sup> Em 1988, quando inquiridos acerca das suas «intenções de voto», os Portugueses já haviam manifestado uma tendência semelhante à encontrada por nós para não revelarem as suas «intenções»: adicionando os «não sabe» (22%), «não responde» (14%), «não votaria» (4%) e «votaria branco ou nulo» (2%), chega-se ao total de 42% da população que não tinha ou não quis revelar qualquer «simpatia» partidária (cf. F. W. Heimer, «Eleitorados e atitudes face à democracia — uma nota de pesquisa», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES/ISCTE, n.º 9, pp. 139-159). Anteriormente, em 1985, havia sido conduzido um estudo internacional nas «quatro nações democráticas da Europa do Sul», onde os respectivos eleitorados eram inquiridos acerca da sua «proximidade» aos partidos dos seus respectivos países. Os Portugueses eram então, a seguir aos Espanhóis, os que revelavam menor «proximidade» aos partidos (67%) (cf. R. Gunther e José R. Montero, *Correlates of Partisanship in Four Southern European Democracies*, working paper, SSRC Subcommittee Conference on Democratic Politics in the New Southern Europe, 1991). Nas democracias consolidadas observa-se de há algum tempo a esta parte uma tendência crescente para a identificação partidária, como, por exemplo, no Reino Unido, onde, todavia, as percentagens de identificação expressa são muito mais elevados do que na Europa do Sul e, concretamente, em Portugal: segundo A. Heath *et al.*, entre 1964 e 1987 a percentagem de não identificação passou de 7% para 14% (*Understanding political change: the British voter, 1964-1987*, Oxford, Pergamon Press, 1991); v. também M. Johnston, «Disengaging from democracy», in R. Jowell *et al.* (eds.), *International Social Attitudes. The 10th BSA Report*, SCPR, Aldershot, Dartmouth Publishing Co., 1993.

sível que esta resistência à identificação pública das simpatias partidárias (16%) e, por maioria de razão, o elevado grau de desidentificação partidária manifestado (24%) se devam, em parte, à nossa longa experiência histórica de apatia forçada e clandestinidade do inconformismo político sob o regime autoritário. É também possível que o momento de relativa desmobilização que se vivia aquando da realização do inquérito haja contribuído para o mesmo efeito, sendo de admitir que em conjunturas de batalha eleitoral, por exemplo, os entrevistados manifestassem maior desejo de revelar as suas simpatias partidárias e/ou maior identificação com os partidos em presença. Finalmente, também não é impossível que, em associação com as anteriores hipóteses, esta débil identificação com o actual espectro partidário se deva, de acordo com as teorias críticas da oferta político-partidária, a uma suposta falta de correspondência entre procura e oferta no mercado político<sup>4</sup>.

Todavia, nem tudo se explicará por motivos conjunturais ou pelos hábitos de reserva, para não dizer de medo, herdados do tempo da ditadura, nem tão-pouco por uma hipotética inadequação da oferta partidária à procura por parte de um segmento muito significativo do público. Com efeito, o grupo daqueles a quem chamaremos, por comodidade, os «sem partido» apresenta, quer ao nível do seu perfil sociográfico, quer ao nível das suas atitudes sociais, traços que o distinguem, de forma mais ou menos acentuada conforme os indicadores, do conjunto dos inquiridos que declararam ter simpatia por um partido qualquer. É esta distinção que reputamos sociologicamente importante e que analisaremos de seguida, a par das distinções também observadas entre os diversos grupos de simpatia partidária. Simultaneamente, chamar-se-á a atenção para outros dois eixos de menor diferenciação, mas por vezes relevantes, entre os «simpatizantes» dos partidos de Esquerda e Direita, por um lado, e os «simpatizantes» dos «grandes partidos» (PS + PSD) e dos «pequenos partidos» (PCP + CDS + outros), por outro lado.

A concluir esta entrada na matéria, convém insistir junto dos leitores em que aquilo que se pediu aos inquiridos foram as suas *simpatias* partidárias. Não é lícito, por conseguinte, inferir da distribuição de simpatias acima indicada uma idêntica intenção de voto em quaisquer futuras eleições. Por outras palavras: isto não é uma sondagem eleitoral. Do mesmo modo, também não é lícito inferir da recusa a declarar qualquer simpatia partidária uma intenção de abstenção em futuras eleições, embora haja seguramente uma margem significativa de sobreposição entre este último conjunto de pessoas e o eleitorado abstencionista.

---

<sup>4</sup> Entre nós, quem mais explorou a via da inadequação da oferta político-partidária à procura social foi Jorge Gaspar, nomeadamente em «L'abstention électorale au Portugal, 1975-1980», in *Finisterra*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, n.º 35, 1983, pp. 65-97; cf. também, *As Eleições para as Câmaras Municipais. Estudo de Geografia Eleitoral*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1982, e J. Gaspar, I. André e F. Honório, *As Eleições para a Assembleia da República, 1979-1983. Estudo de Geografia Eleitoral*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984.

## CARACTERES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DOS GRUPOS DE SIMPATIA PARTIDÁRIA E DOS «SEM PARTIDO»

Quanto ao *género*, como actualmente se prefere dizer em vez de sexo, os diferentes grupos mostram algumas diferenças merecedoras de destaque. Os dois maiores grupos (PS + PSD) apresentam um perfil praticamente idêntico ao da população inquirida (48% de homens e 52% de mulheres). Os dois principais grupos situados à Esquerda e à Direita daqueles, respectivamente PCP e CDS, apresentam um perfil marcadamente mais masculino (56% e 61%). No grupo dos que simpatizam com os «outros partidos» — presumivelmente de extrema-esquerda, não só porque é nesta área político-ideológica que a oferta é maior, como também pelas atitudes sociais e disposições culturais que estes inquiridos manifestam — o perfil é também predominantemente masculino (58% de homens). Ao invés, o conjunto daqueles que não declararam qualquer simpatia partidária revela um perfil nitidamente feminino: 58% de mulheres para o grupo dos que não respondem à pergunta e 59% para os que declararam não ter simpatia por qualquer formação do leque partidário. Esta componente pronunciadamente feminina do conjunto dos «sem partido» constitui um primeiro indício da sua diferenciação sociológica relativamente ao conjunto dos «com partido».

Quanto à *idade*, se agruparmos os grupos etários dos inquiridos em três escalões de dimensão praticamente idêntica, verifica-se que os «simpatizantes» do PS se mostram algo mais jovens, em termos médios, do que os demais partidos representados. Com efeito, os grupos etários dos 18-34 e 35-54 anos representam 75% do total do PS, contra 65% do PSD e do PCP e 61% do CDS, revelando-se este último grupo o mais idoso dos quatro. Os «simpatizantes» dos «outros partidos» são manifestamente jovens, não contando sequer efectivos no escalão etário mais idoso. Finalmente, o conjunto dos «sem partido» é ligeiramente mais idoso, em termos médios, do que a população inquirida, sobretudo o grupo dos que não respondem à pergunta. Verifica-se, todavia, que o grupo dos que declararam não ter simpatia por qualquer partido inclui uma percentagem elevada de jovens (até aos 34 anos), enquanto o segmento etário intermédio está claramente sub-representado (27% contra 34% no país), o que aponta para uma espécie de polarização

Escalões etários	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
18-24 anos . . . . .	34	30	28	33	28	65	37	28
35-54 anos . . . . .	34	31	37	42	37	35	27	34
55 anos + . . . . .	32	39	35	25	35	—	36	38

deste grupo nos estratos mais jovens e mais idosos, a indiciar por conseguinte uma desidentificação partidária de tipo seguramente diferente.

Quanto ao *nível de escolaridade*, é notória a diferença de perfis dos inquiridos que declararam as suas preferências partidárias: para os quatro partidos principais, o nível médio de instrução baixa, claramente, à medida que nos deslocamos da Direita para a Esquerda do espectro partidário:

Níveis de instrução	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Universitário + médio . . . . .	10	21	13	8	6	23	8	8
Secundário + ciclo . . . . .	28	25	32	30	28	63	27	21
Primária + não escolaridade .	61	54	55	62	64	14	64	70

Por seu turno, o pequeno grupo dos que preferem «outros partidos» é, de longe, aquele que exhibe um capital escolar mais elevado. Por fim, o conjunto dos «sem partido» apresenta um perfil semelhante ao dos «simpatizantes» dos partidos de Esquerda, mostrando o grupo dos que não responderam ao quesito o padrão de escolaridade mais baixo. Pormenorizando a análise, observa-se, contudo, que a percentagem de inquiridos «sem partido» que nunca foram à escola ou que não chegaram a completar a instrução primária é, notoriamente, mais elevada não só do que a média nacional (cerca de 30% contra 21%), mas também do que a dos simpatizantes do PCP (20%); em contrapartida, 8% dos «sem partido» atingiram a universidade ou o ensino médio (valor equivalente ao dos «simpatizantes» do PS e superior ao dos do PCP), o que confere com a curva etária mais extremada deste conjunto de inquiridos. Em suma, ao perfil demográfico do conjunto dos «sem partido» — mais feminino e mais idoso, em média, do que qualquer dos grupos de simpatia partidária — acresce um nível de instrução ainda mais baixo do que o do país, mas também mais extremado do que o dos «simpatizantes» dos partidos de Esquerda.

Identificados os perfis escolares do eleitorado segundo as suas simpatias e antipatias partidárias, vale a pena introduzir aqui a informação disponível acerca da *escolaridade dos pais* dos indivíduos de cada grupo. Para tanto, construímos um índice de *background* escolar a partir do cruzamento dos níveis de escolaridade do pai e da mãe dos inquiridos. Note-se que a pontuação atribuída ao nível de instrução da mãe é sempre um ponto superior à do pai, o que se justifica pela correlação mais elevada que habitualmente se verifica, nas sociedades da nossa área cultural, entre o nível de instrução da mãe e o dos filhos.

<i>Background</i> escolar	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Elevado/médio . . . . .	7	20	7	8	5	32	6	6
Fraco . . . . .	43	40	50	43	41	54	40	39
Subescolar . . . . .	50	40	43	49	54	14	54	55

Assim construídos três escalões de *background* escolar, ou «capital cultural» herdado, verifica-se que a distribuição pelos principais grupos de simpatia partidária é similar à do nível de instrução dos próprios inquiridos. Com efeito, a instrução elevada ou média dos pais é mais alta à Direita do que à Esquerda; inversamente, a subescolarização dos pais (primária incompleta ou ausência de escolaridade formal) cresce ao caminhar da Direita para a Esquerda do espectro partidário. No que diz respeito aos «simpatizantes dos outros partidos», o capital escolar herdado é, previsivelmente, muito mais favorável do que o de qualquer outro grupo. Finalmente, para o conjunto dos «sem partido» mantém-se o panorama já encontrado, sendo sempre o nível de instrução dos pais, em média, inferior ao dos próprios inquiridos. Em suma, para os dois indicadores relativos ao capital escolar dos inquiridos e dos seus pais, verifica-se que, ao caminhar da Direita para a Esquerda, esse capital, já de si muito baixo à escala europeia, desce significativamente e esta descida continua quando passamos dos grupos de simpatia partidária para o conjunto dos «sem partido». A exceção é o grupo dos que alinham pelos «outros partidos», mas não chega a representar 1% da população inquirida.

Quanto ao *habitat* (dimensão da localidade de residência), os perfis dos «simpatizantes» do PS e do PSD são similares aos encontrados para o conjunto da população. No CDS, os valores divergem sensivelmente dos encontrados para os meios urbanos e para as duas grandes cidades (Lisboa e Porto): nestas últimas, o CDS tem proporcionalmente mais «simpatizantes» e nos outros meios urbanos proporcionalmente menos. No PCP, as diferenças em relação ao país centram-se nas zonas rurais — onde os seus «simpatizantes» estão sub-representados — e nas cidades de dimensão média, onde estão sobre-representados. O perfil dos que preferem «outros partidos» é semelhante ao do PCP nos meios rurais, onde estão muito sub-representados, mas difere daquele partido em Lisboa e no Porto, onde estão sobre-representados. Finalmente, quanto ao grupo dos que não simpatizam com qualquer partido, o perfil acompanha praticamente o do país; já o grupo dos que não responderam ao quesito está sobre-representado nos meios rurais e sub-representado nas grandes cidades.

*Grupos de simpatia partidária em Portugal*

<i>Habitat</i>	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Rural (1000 habitantes) . . . . .	25	25	27	26	14	11	23	30
Semi-rural (1001-10 000 habitantes) . . . . .	35	36	37	34	35	34	37	32
Urbano (10 001-200 000 habitantes) . . . . .	25	15	22	24	39	16	26	28
Lisboa + Porto . . . . .	14	25	14	15	12	39	14	9

Quanto à *distribuição regional*, apenas podemos dizer que os «simpatizantes» do CDS e do PS estão distribuídos equilibradamente entre a Região Norte e o resto do país, enquanto o PSD conta com mais simpatias no Norte (25% contra apenas 18% no resto do país) e o PCP com mais simpatias no resto do país (7,5% contra 4% no Norte). Os «outros partidos» contam também com mais simpatias no Sul. Finalmente, no que respeita ao conjunto dos «sem partido», é interessante observar que, enquanto os inquiridos que não responderam ao quesito predominam no Norte (20%), já a declaração de não simpatia por qualquer partido é uma atitude que predomina no resto do país, onde atinge 27% dos inquiridos.

No que diz respeito à *situação profissional* dos inquiridos, verifica-se que o PS é aquele que conta, proporcionalmente, mais pessoas activas (trabalhadores por conta própria, assalariados e desempregados) entre os seus «simpatizantes». Os outros três partidos principais rondam os valores encontrados para o conjunto do país e os «simpatizantes» dos «outros partidos» apresentam uma taxa de ocupação profissional idêntica à do PS. O conjunto dos «sem partido», em contrapartida, tem uma taxa de actividade inferior à do país, contando, pois, com maior percentagem de inactivos, o que confere com o facto de contar também com mais mulheres (domésticas) e mais idosos (reformados). Este factor concorre com todos os anteriormente verificados para tipificar este vasto conjunto de eleitores «sem partido» e situá-lo, por assim dizer, à margem do conjunto formado por aqueles que manifestam preferências partidárias e, portanto, à margem das correntes centrais da política nacional.

<i>Situação profissional</i>	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Trabalhadores por conta própria . . .	13	24	17	12	6	8	13	13
Trabalhadores por conta de outrem . .	38	31	34	45	41	58	35	37
Desempregados . . . . .	6	4	4	7	9	—	5	5
Reformados . . . . .	21	19	22	15	28	10	23	27
Estudantes . . . . .	7	7	9	6	4	24	6	5
Domésticas . . . . .	12	10	11	12	11	—	15	13
Outras situações . . . . .	3	4	4	3	1	1	2	1

Quanto à *composição interna dos activos*, ela é muito diversa segundo os grupos de simpatia. Se compararmos as percentagens relativas aos *trabalhadores por conta própria*, é manifesta a variação no sentido da baixa ao percorrermos o espectro partidário da Direita para a Esquerda; inversamente, para os *trabalhadores por conta de outrem*, a variação vai no sentido da alta da Direita para a Esquerda, sendo a tendência algo perturbada pelos «simpatizantes» do PCP. No que se refere aos *desempregados*, a variação respeita a tendência encontrada para os assalariados. Quanto ao conjunto dos activos que não declararam qualquer simpatia partidária, o seu perfil é semelhante ao do país.

No que diz respeito às diferentes categorias de *inactivos*, os simpatizantes do CDS e do PSD acompanham, sensivelmente, a tendência detectada para o conjunto da população inquirida. Diferenças algo expressivas encontram-se no PS e no PCP sobretudo na categoria dos *reformados*: o PCP tem quase o dobro do PS. Quanto aos inactivos que preferem «outros partidos», são maioritariamente *estudantes* e entre eles não se contam *domésticas*. O conjunto dos «sem partido» conta não só com maior percentagem de inactivos, como se disse, mas concretamente de reformados e domésticas.

Quanto ao *estatuto económico*, medido por um conjunto de bens possuídos (v. anexo), os inquiridos distribuíram-se do seguinte modo, segundo as suas simpatias e antipatias partidárias:

Estatuto económico	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
(1) Alto . . . . .	3	12	5	3	2	2	2	3
(2) Médio-alto . . . . .	14	25	18	14	11	37	10	11
(3) Médio . . . . .	25	21	24	31	25	19	23	21
(4) Médio-baixo . . . . .	27	24	28	27	29	22	30	25
(5) Baixo . . . . .	31	18	25	26	34	21	36	41

Antes de comentarmos este quadro, vale a pena assinalar que ele confirma os valores de outro indicador da condição económica dos inquiridos, a saber, a *propriedade da residência* onde vivem. Com efeito, a titularidade desse bem é, previsivelmente, menos frequente quando se caminha da Direita para a Esquerda do leque de preferências partidárias: o CDS e o PSD apresentam, respectivamente, 72% e 61% dos seus «simpatizantes» a residirem em casa própria, enquanto os do PS (51%) e os do PCP (45%) se encontram abaixo dos valores encontrados para o conjunto da população inquirida (54%). Quanto aos «sem partido», apesar do seu nível económico tendencialmente mais baixo, talvez devido ao perfil mais idoso e às localidades onde habitam, apresentam uma distribuição semelhante à do conjunto da população.

Relativamente ao estatuto económico, a forma como os diferentes grupos de simpatia partidária se distribuem merece destaque. Com efeito, no CDS é o nível 2 o mais representado (25%); no PSD é o nível 4 (28%); no PS é o nível 3 (31%) e no PCP é o nível 5 o mais frequente (34%). Agregando os níveis alto e médio-alto, os valores percentuais diminuem sempre ao caminhar da Direita para a Esquerda; inversamente, o nível inferior vê a sua expressão percentual aumentar sempre da Direita para a Esquerda. O grupo dos que alinham por «outros partidos», como observado anteriormente, foge a estas tendências e surge como o mais favorecido.

Ao invés, o conjunto dos «sem partido», igualmente de acordo com as observações anteriores, apresenta um perfil mais desfavorecido do que o menos favorecido dos grupos de simpatia: 66% concentram-se nos dois níveis inferiores da escala, contra 63% dos «simpatizantes» do próprio PCP. Este dado vem confirmar, por assim dizer, o perfil já observado para este vasto conjunto de eleitores que não manifestaram ou recusaram mesmo qualquer identificação partidária: mais feminino, mais idoso, menos instruído, menos inserido na vida activa e, finalmente, mais pobre.

Quanto ao *estatuto social* (v. anexo), é a seguinte a distribuição da população segundo os grupos de simpatia e antipatia partidária:

Estatuto social	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
(A) Alto . . . . .	3	10	3	4	3	8	3	4
(B) Médio-alto . . . . .	9	17	11	8	7	42	8	6
(C) Médio . . . . .	19	28	24	19	19	15	16	15
(D) Médio-baixo . . . . .	25	21	27	28	21	12	24	24
(E) Baixo . . . . .	44	23	35	42	50	23	50	51

Como se pode verificar, esta curva de distribuição é claramente mais inigualitária do que a anterior curva de distribuição dos bens materiais. Enquanto 17% da população se situava nos dois níveis económicos de topo, apenas 12% atingem os dois níveis de estatuto social mais elevados; inversamente, enquanto 58% da população se via remetida para os dois níveis económicos inferiores, são 69% aqueles que se vêem remetidos para os dois níveis de estatuto social mais baixos, com a correspondente redução do nível intermédio de 25% para 19%. Este fenómeno, já anteriormente observado mediante recurso a escalas construídas de modo diferente no nosso estudo de 1991, deve ser realçado devido às suas implicações no plano da distribuição, acentuadamente desigual, dos eleitores portugueses perante os recursos simbólicos — sociais, culturais, educativos, informativos, etc. — necessários à mobilização cívica e política, à qual nos referiremos adiante.

Para os «simpatizantes» do PSD, do PS e do PCP, a distribuição por níveis de estatuto social acompanha a tendência do país, mas o mesmo não se verifica para o CDS, onde o nível C é o mais representado (28%). Também no caso dos que alinham por «outros partidos» se verifica forte entorse à tendência traçada para o país: o nível B é o mais frequente (42%), a confirmar todas as observações anteriores acerca deste pequeno grupo de eleitores. Comparando os níveis de estatuto social, as percentagens tendem a descer praticamente sempre da Direita para a Esquerda do espectro partidário principal: agregando os três níveis superiores, os valores são de 55% no CDS, 38% no PSD, 31% no PS e 29% no PCP. No nível mais baixo, a tendência inverte-se, crescendo as percentagens da Direita para a Esquerda. A excepção é, uma vez mais, o grupo dos «simpatizantes» dos «outros partidos».

Quanto ao conjunto dos «sem partido», o seu perfil acompanha o do país e o nível social com maior expressão percentual é, como para o PCP, o mais baixo de todos, mas, se agregarmos os dois níveis inferiores, a percentagem é ainda menos favorável (75%) do que a dos próprios «simpatizantes» do PCP (71%) e, bem entendido, ainda mais desfavorável do que a desigualdade verificada no plano económico. Em suma, todos os factores de diferenciação desfavoráveis ao conjunto dos «sem partido» se confirmam — e agravam — no plano do estatuto social dos seus membros, por grosseiros que sejam os critérios usados para o medir.

Quanto à *classe ou camada social subjectiva* em que os inquiridos se situaram na escala que lhes foi proposta, a distribuição dos grupos de simpatia e antipatia partidária é a seguinte:

Camada social subjectiva	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Rica + alta . . . . .	1	2	1	1	1	—	1	1
Média alta . . . . .	23	31	27	24	15	39	21	17
Média baixa . . . . .	47	45	49	48	50	49	46	41
(Classes médias) . . . . .	(70)	(76)	(76)	(72)	(65)	(88)	(67)	(58)
Baixa . . . . .	16	13	12	15	21	13	14	24
Pobre . . . . .	13	7	9	11	13	—	18	16

À escala do país, vê-se uma enorme maioria de indivíduos que se auto-classificam no conjunto das *classes médias* (70%), mas também se observa de imediato que eles se distribuem de forma muito desigual entre os *estratos alto e baixo*, respectivamente 23% e 47%. Acima das classes médias, as *camadas rica e alta* não possuem praticamente expressão nesta escala de autoclassificação; para baixo, são em maior número os que se classificam na *camada baixa* (16%) do que aqueles que se consideram *pobres* (13%), mesmo assim muito mais do que aqueles que se classificaram como tal em 1991 (6%). Desde logo,

é importante notar que, ao autotransformarem-se, os inquiridos distribuíram-se segundo uma curva muito diferente — e muito menos inegalitória — do que qualquer distribuição objectiva da população portuguesa. Esta «ilusão», que é bem conhecida da sociologia, tem naturalmente implicações nas atitudes e comportamentos do eleitorado que não podem ser analisadas agora.

Seja como for, esta tendência para o autotransformação nos estratos «médios» — uma espécie de equivalente simbólico do «remediado» no plano material — não altera substancialmente o sentido da distribuição dos grupos de simpatia partidária segundo a estratificação social, seja esta subjectiva ou aferida por critérios objectivos. Com efeito, se agregarmos os dois níveis superiores de autotransformação, verificamos que as percentagens de «simpatizantes» diminuem da Direita para a Esquerda; inversamente, a agregação das duas categorias inferiores permite ver, apesar da alteração negligenciável de posições entre os «simpatizantes» do CDS e do PSD, que as percentagens aumentam da Direita para a Esquerda do espectro partidário. Por seu turno, a excepcionalidade do pequeno grupo dos que preferem os «outros partidos» mantém o perfil já conhecido.

Finalmente, neste plano da pertença social subjectiva, é de assinalar a diferença entre os dois grupos que, até aqui, temos tratado em conjunto sob a designação cómoda de «sem partido». Com efeito, o grupo dos inquiridos que não responderam ao quesito sobre as suas simpatias partidárias apresenta um perfil nitidamente mais «baixo» do que o daqueles que declararam não ter em simpatia por qualquer partido. Enquanto estes últimos se aproximam da distribuição encontrada para o conjunto do país, os não-respondentes situam-se a 40% nas camadas baixa e pobre contra apenas 29% do conjunto do país. Em associação com algumas observações anteriores, estes dados levam a pensar que existe uma diferença de atitude política subtil entre aquilo a que podemos chamar a *apatia* de um estrato desfavorecido a todos os níveis da diferenciação social e a *desidentificação* ou mesmo *antipatia* em relação à actual oferta político-partidária por parte de um segmento da população igualmente desfavorecido, mas cujo perfil sócio-demográfico se aproxima mais das distribuições encontradas para o conjunto do país.

O autotransformação social dos inquiridos é amplamente confirmado pela pertença de classe por eles atribuída aos seus pais:

Camada social de origem	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Rica + alta . . . . .	3	11	2	3	4	8	1	1
Média alta . . . . .	17	21	20	18	11	46	17	9
Média baixa . . . . .	34	23	37	33	38	11	35	32
(Classes médias) . . . . .	(51)	(44)	(57)	(51)	(49)	(79)	(52)	(41)
Baixa . . . . .	22	26	22	22	21	11	20	26
Pobre . . . . .	24	19	17	23	27	14	27	30

Para o conjunto do país, verifica-se que praticamente metade dos inquiridos atribuem aos seus pais a pertença às «classes médias». Esta identificação distribui-se, tal como sucedia com o autopoicionamento dos inquiridos, entre os estratos alto e baixo na proporção de um para dois. Nas classes baixa e pobre encontram-se 46% dos pais, ou seja, um valor muito mais elevado do que aquele que havíamos encontrado para os inquiridos (29%). Vê-se, assim, que os indivíduos, ao compararem-se com os seus pais, percebem a sua própria posição como correspondendo a uma relativa mobilidade social ascendente.

Segundo os grupos de simpatia partidária, os perfis não são muito distintos do encontrado para o país nem dos perfis de distribuição dos inquiridos. O caso dos «simpatizantes» dos «outros partidos» é, como sempre, singular. Nos grupos que não declararam simpatia partidária, é uma vez mais o dos não-respondentes que apresenta a origem social mais desfavorável: 56% dos inquiridos atribuem aos seus pais uma pertença de classe baixa ou pobre, contra 46% para o conjunto do país e 48% para os «simpatizantes» do PCP, que constituem o grupo partidário de estatuto social e origem de classe mais baixos.

Embora se observe a autodespromoção de alguns dos inquiridos relativamente à sua classe social de origem (3% atribuem aos pais o mais elevado estatuto, enquanto apenas 1% o reivindica para si próprio), isto não põe em causa o facto de se verificar, globalmente, a percepção de alguma mobilidade ascendente. Uma medida, ainda que grosseira, dessa mobilidade é a que resulta do quadro seguinte, onde se agregaram os escalões iniciais em apenas dois: *estratos superiores e inferiores* dos inquiridos (I) e seus pais (P):

Estratos	País		CDS		PSD		PS		PCP		Outros		Nenhum		NR	
	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P
Superior . . . . .	24	20	33	32	28	22	25	21	16	15	39	54	22	18	18	10
Inferior . . . . .	76	80	67	68	70	76	74	78	84	85	61	46	78	82	82	90
Diferença I-P . . .	+ 4		+ 1		+ 6		+ 4		+ 1		- 13		+ 4		+ 8	

Comparando os pares de percentagens respeitantes aos inquiridos e seus pais, verifica-se que, para o conjunto do país, há entre as duas «gerações» um salto de 4 pontos. Por grupos de simpatia partidária, no CDS e no PCP não há praticamente alteração do perfil de distribuição; no PSD regista-se uma diferença de 6 pontos, o que o indicia como o grupo de simpatia partidária afectado, subjectivamente, por maior mobilidade ascendente; no PS regista-se uma diferença equivalente à da população no seu conjunto; no grupo dos

«outros partidos», a confirmar a sua excepcionalidade repetidamente observada, a mobilidade percebida é, ao contrário de todos os outros grupos, descendente. Por último, é de notar que, apesar de continuarem a apresentar o perfil de autoposicionamento mais desfavorável, os inquiridos que não responderam ao quesito sobre simpatias partidárias são aqueles que mostram sentir mais forte mobilidade ascendente (+ 8), o que poderá, de resto, explicar-se pelo baixíssimo estatuto de partida atribuído aos seus pais<sup>5</sup>.

## ATITUDES SOCIAIS E POLÍTICAS DO ELEITORADO PORTUGUÊS

Apontadas as principais características sócio-demográficas do eleitorado português segundo as suas simpatias e antipatias partidárias, concentremo-nos agora num conjunto de atitudes sociais que igualmente o diferenciam. Mercê da agregação das respostas a um conjunto de cinco perguntas num só índice (v. anexo), é possível distribuir a população portuguesa segundo a sua *orientação aos valores modernos* predominantes nas sociedades da nossa área cultural:

Orientação à modernidade	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Máxima . . . . .	21	21	21	23	23	64	17	19
Média . . . . .	30	32	30	33	40	21	25	28
Fraca . . . . .	29	30	31	30	23	16	31	29
Nula . . . . .	20	17	18	14	14	8	27	24

Os resultados para o país apresentam uma curva de distribuição normal, isto é, a maioria dos inquiridos situa-se nas duas categorias intermédias (59%) e os restantes distribuem-se de forma quase igual pelas categorias extremas de máxima e nula orientação à modernidade. Segundo os grupos de simpatia partidária, observa-se uma ligeira tendência para essa orientação aumentar da Direita para a Esquerda do espectro partidário, com especial incidência nos «simpatizantes» do PCP e, sobretudo, dos «outros partidos».

Mais importante é, contudo, a orientação à modernidade claramente menor do conjunto dos «sem partido», em especial o grupo dos que declararam não ter simpatia por qualquer partido, cujas orientações negativas predominam fortemente sobre as positivas (58% contra 42%). É lícito concluir que os caracteres

<sup>5</sup> Integrado neste mesmo projecto, está em curso um estudo relativo à «estratificação e mobilidade social em Portugal», baseado nas situações sócio-profissionais dos inquiridos e dos seus pais, estudo esse que permitirá aprofundar o eventual impacto da mobilidade social sobre as atitudes dos Portugueses, nomeadamente as suas simpatias e antipatias partidárias.

sociográficos anteriormente observados para estes dois grupos — maior feminilidade, idade mais avançada, níveis de instrução mais baixos, menor taxa de actividade profissional, estatuto social e económico mais baixo — se combinam por forma a explicar a sua menor orientação aos valores modernos, o que, por seu turno, contribui também para reforçar a sua relativa marginalização perante o espectro partidário e, de maneira geral, perante a vida política nacional. É de notar a marcada orientação «anti-moderna» dos inquiridos que declararam não ter simpatia por qualquer partido, atitude que não se explica simplesmente pela composição social deste grupo e que o coloca em situação de manifesta *antipatia* — e não meramente *apatia* — em relação ao actual sistema de partidos.

Segundo um índice simples cruzando três atitudes perante o trabalho, pode-se distribuir a população de acordo com a sua *orientação materialista ou pós-materialista*, para empregar a terminologia consagrada por R. Inglehart<sup>6</sup>. Como se pode ver, ao nível do país predomina a orientação aos valores materialistas (44%); apenas uns escassos 16% dizem orientar-se por valores hedonistas ou expressivos, enquanto 40% se situam numa posição intermédia. Estes últimos declaram-se dispostos a sacrificar o lazer por uma maior remuneração, mas preferem uma ocupação profissional mais interessante, mesmo que pior remunerada, o que aponta no sentido da adopção de uma atitude expressiva e não meramente instrumental perante o trabalho.

Orientação	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Pós-materialista. . . . .	16	12	17	16	21	21	17	14
Intermédia. . . . .	40	51	43	37	49	49	39	43
Materialista. . . . .	44	37	40	48	29	29	44	44

Ventilados os resultados por simpatias partidárias, verifica-se que os «simpatizantes» do PS são aqueles que apresentam o perfil mais «materialista». Paradoxalmente, é à Esquerda do PS que aumenta a orientação «pós-materialista», o que aponta no sentido de, aqui, o chamado «pós-materialismo» deixar de estar predominantemente associado às altas qualificações e remunerações dos inquiridos, como sucede de forma geral, mas sobretudo à orientação aos valores modernos, como vimos atrás. Os demais grupos, incluindo os que não declararam qualquer simpatia partidária, apresentam um padrão atitudinal vizinho do encontrado para o país, a indiciar a predominância das condicionantes sociais objectivas perante o trabalho sobre as orientações subjectivas.

<sup>6</sup> Ronald Inglehart, *Culture shift in advanced industrial society*, Princeton University Press, 1990.

Agrupando as respostas dadas pelos inquiridos a três perguntas acerca da situação sócio-económica dos respectivos agregados domésticos, foi construído um *índice da privação relativa* por eles sentida no contexto da sociedade portuguesa e da União Europeia, bem como em relação aos seus próprios começos de vida. Os resultados globais relativos ao país apresentam uma curva de distribuição normal, com a maior parte dos inquiridos situados nas posições intermédias e os restantes distribuídos de forma equilibrada entre as posições de máxima e nula privação relativa.

Privação relativa	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Nula . . . . .	15	15	17	18	12	15	13	10
Fraca . . . . .	22	28	25	19	22	19	21	24
Média . . . . .	29	33	31	29	26	21	28	26
Forte . . . . .	17	17	16	19	21	20	17	18
Máxima . . . . .	17	7	12	15	19	24	21	21
Saldo das respostas extremas . . .	(-2)	(+8)	(+5)	(+3)	(-7)	(-9)	(-8)	(-11)

Em primeiro lugar, é de observar que o sentimento de privação relativa varia pouco em função das simpatias e antipatias partidárias, o que leva a pensar que tal sentimento é determinado, fundamentalmente, pela percepção que os inquiridos têm da sua situação objectiva no contexto social. Neste sentido, era previsível que a privação aumentasse, como aumenta, da Direita para a Esquerda do espectro partidário de acordo com o estatuto sócio-económico predominante de cada um dos grupos de simpatia. É de notar, todavia, que os «simpatizantes» dos «outros partidos», apesar do seu estatuto comprovadamente elevado, manifestam forte privação, o que se deverá em parte à sua atitude crítica perante o sistema social, mas também à sua juventude, já que as camadas etárias mais jovens sentem, a estatuto sócio-económico idêntico, maior privação do que as camadas mais idosas. De todos os grupos, são os «simpatizantes» do PS que mais se aproximam da distribuição encontrada para o conjunto da população. Finalmente, e como já era de esperar, o conjunto dos «sem partido» manifesta uma privação relativa algo maior do que o conjunto do país, em especial o grupo dos que não responderam ao quesito, o qual coincide efectivamente com o grupo de mais baixo estatuto sócio-económico.

Uma coisa é o sentimento de privação pessoal que os inquiridos sentem relativamente à sociedade nacional e internacional em que estão inseridos. Outra, diversa, é a avaliação que os mesmos fazem das oportunidades e recompensas sócio-económicas oferecidas ao conjunto da população pelo

sistema vigente no país. Foi esta avaliação que se procurou medir através de um *índice de equidade* constituído por um conjunto de seis perguntas específicas (v. anexo):

Avaliação da equidade	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Muito favorável .....	3	2	6	2	—	—	2	4
Bastante favorável .....	7	10	13	6	1	1	5	7
Favorável .....	15	19	22	14	12	16	12	14
Avaliação neutra .....	23	24	22	28	23	17	20	18
Desfavorável .....	26	21	22	27	27	33	27	27
Bastante desfavorável .....	19	18	12	17	23	17	24	23
Muito desfavorável .....	7	6	3	6	14	16	10	7

Esta distribuição e a sua ventilação por grupos de simpatia partidária e «sem partido» são tanto mais interessantes quanto permitem ver que a avaliação da equidade do nosso sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas obedece a três factores principais, que concorrem de forma diferente para a formação do resultado final: o *factor sócio-económico*, isto é, a situação objectiva dos inquiridos, que tendem a fazer uma avaliação tanto mais favorável quanto mais favorecida é a sua posição no sistema; o *factor cognitivo*, isto é, a instrução, a informação e até o padrão cultural dos inquiridos, que tendem, deste ponto de vista, a avaliar o sistema tanto mais favoravelmente quanto menores são os seus recursos cognitivos, como sucede, em especial, na Região Norte do país, onde a população, não sendo mais rica, em média, do que no resto do país, tende, no entanto, a fazer uma avaliação mais favorável do sistema; finalmente, o *factor ideológico*, isto é, a identificação partidária dos inquiridos, que tendem, deste último ponto de vista, a avaliar o sistema tanto mais favoravelmente quanto mais se identificam com o partido no poder, sendo os «simpatizantes do PSD, cuja composição sócio-cultural e económica é muito semelhante à da população no seu conjunto, os únicos para quem as avaliações favoráveis sobrelevam as desfavoráveis (51% contra 37%).

Globalmente, a avaliação da equidade do sistema vigente de oportunidades e recompensas sócio-económicas é, ao contrário do sentimento de privação relativa, predominantemente negativa (52% contra 25%). Esta disparidade não é inédita e confirma repetidas observações segundo as quais as pessoas tendem, de uma forma geral, a fazer avaliações mais positivas da sua situação pessoal do que da situação das outras pessoas, ou seja, da sociedade no seu conjunto. Em nosso entender, esta disparidade de avaliações remete, para além dos problemas complexos de psicologia social envolvidos no sentimento de privação relativa<sup>7</sup>, para aquilo a que John Rawls chama o «sentimento de justiça»

<sup>7</sup> Privação relativa é aqui entendida, essencialmente, no sentido sociológico convencional estabelecido por Merton no seguimento do célebre estudo «The American soldier» (cf. R. Merton,

subjacente, em derradeira instância, a todo o juízo de valor acerca da equidade social<sup>8</sup>.

Esta conclusão é, de algum modo, reforçada pelo facto de havermos também verificado que a «curva da iniquidade», se assim é lícito exprimir-nos, é mais acentuada, mais negativa, do que a própria curva das desigualdades sócio-económicas e, nomeadamente, do que o autoposicionamento social dos inquiridos. Por outras palavras, a avaliação da equidade das oportunidades e recompensas sócio-económicas não é uma mera tradução do sistema de desigualdades, mas efectivamente um juízo de valor ético sobre esse mesmo sistema. É isto que o nosso índice traduz e o facto de ele ser ainda muito grosseiro apenas deve convidar à sua sofisticação futura, a fim de ficarmos a conhecer melhor as avaliações que os Portugueses fazem do sistema sócio-económico em que estão inseridos, comparando-o futuramente com índices similares noutros países<sup>9</sup>.

Posto isto, confirma-se que as avaliações são tanto mais desfavoráveis quanto mais se caminha da Direita para a Esquerda do espectro partidário, com os «simpatizantes» do PS a apresentarem a distribuição mais próxima da do país. Por seu turno, o conjunto dos «sem partido» faz uma avaliação muito mais desfavorável do que o conjunto da população e quase tão desfavorável como a dos «simpatizantes» do PCP e da extrema-esquerda. Isto é especialmente verdade para o grupo daqueles que declararam, expressamente, não ter «simpatia» por qualquer formação do espectro partidário, grupo este que manifesta uma repetida desidentificação — e não simples apatia — perante o sistema político.

Há aqui elementos que convém aprofundar. Com efeito, coincidindo um enorme segmento da população com a avaliação negativa feita pelos partidos de Esquerda acerca da equidade do nosso sistema sócio-económico, fica por explicar por que razão esta convergência potencial, de resto já anteriormente observada, não se materializa no plano das simpatias partidárias manifestas. Naturalmente, esta falta de convergência remete para a relevância de todos os outros factores, nomeadamente de natureza cultural, que concorrem para a formação das simpatias partidárias. Por outro lado, todavia, esta aparente inadequação da oferta partidária ao descontentamento sócio-económico ex-

---

*Social Theory and Social Structure*, 1968) e explorado por W. G. Runciman, *Relative Deprivation and Social Justice*, 1968). Para as complexas dimensões das comparações inter-pessoais, cf. Jon Elster e John Roemer (eds.), *Interpersonal Comparisons of Wellbeing*, Cambridge University Press, 1991.

<sup>8</sup> A noção de «justiça como equidade» constitui o horizonte teórico enquadrador de toda esta inquirição [cf. John Rawls, *Uma Teoria da Justiça* (1971), Lisboa, Presença, 1993].

<sup>9</sup> A nível internacional, está em curso um estudo que, de forma diferente da nossa, procura igualmente operacionalizar as modernas teorias da justiça social [cf. Adam Swift *et al.*, «Distributive justice: does it matter what the people think?», in James Kluegel *et al.* (eds.), *Social Justice and Political Change*, Nova Iorque, De Gruyter, a sair em 1995].

presso por este sector da população remete também para as suas características de relativa marginalidade social e levanta o problema da sua plena inserção no sistema político vigente, numa palavra, o problema da sua cidadania<sup>10</sup>.

Antes de abordarmos a questão da cidadania e do seu exercício, convém ainda que nos detenhamos em alguns contrastes significativos entre o conjunto dos «sem partido» e os inquiridos que se identificaram com a oferta político-partidária existente. Sem preocupações de ordenamento temático, eis os principais contrastes, ao nível das atitudes sociais não cobertas pelos índices atrás analisados, entre estas quase-metades da população portuguesa (40% «sem partido» e 60% «com partido»).

Com efeito, os «sem partido» apresentam um padrão atitudinal consistente de insatisfação e marginalidade relativamente ao padrão apresentado pelos inquiridos identificados com a actual oferta partidária. Desde logo, sentem-se menos realizados na sua actividade profissional (37% contra 43%). De uma forma geral, têm menos aspirações materiais (por exemplo, apenas 44% esperavam passar férias em Portugal contra 57%). Também revelam uma maior aversão ao risco, assim como uma maior propensão para não responder aos quesitos, o que aponta para uma espécie de «incompetência cognitiva» recorrente. Tendem, de uma maneira geral, a preterir os recursos educativos e a autonomia em relação ao emprego e aos hábitos de trabalho. São mais orientados aos valores da família do que aos da pessoa, ainda que as diferenças não sejam muito grandes (46% contra 41%).

Conforme era de esperar, são menores as suas expectativas de melhoria económica familiar (mesmo assim, são 53% contra 63% os que esperam ver a sua situação melhorar no futuro próximo) e é bastante diferente o padrão das explicações que dão para a falta de expectativas. De uma maneira geral, são mais pessimistas quanto à evolução económica recente do país (75% contra 61% acham que a situação ficou na mesma ou piorou). Paradoxalmente, é menor a sua orientação ao igualitarismo (apenas 46% contra 55% são favoráveis à ideia de um «salário máximo»). Quanto à equidade do sistema fiscal, os «sem partido» distinguem-se pelo desconhecimento maciço da fiscalidade moderna (45% contra 30% declararam não ter opinião formada sobre qual dos impostos — directos ou indirectos — é mais justo).

São também menos com a «sensação de ter subido na vida» (mesmo assim, 62% contra 71%) e confiam mais na «sorte» e na «ajuda de pessoas

---

<sup>10</sup> A noção de «cidadania» aqui convocada remete, naturalmente, para o clássico de T. H. Marshall, *Citizenship and Social Class* (1950), recentemente reeditado em conjunto com T. Bottomore (Londres, Pluto Press, 1992). Para uma actualização teórica com especial referência aos países subdesenvolvidos, cf. Marcelo Neves, «Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente», in *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n.º 2, 1994, pp. 253-275; para um recente estudo empírico utilizando metodologias diversas das nossas, cf. Anna Alabart *et al.* (eds.), *Clase, Poder y Ciudadania*, Madrid, Siglo XXI, 1994.

influentes» do que no «esforço e trabalho». De uma maneira geral, têm uma atitude mais negativa perante os conflitos sociais (apenas 53% contra 60% os consideram benéficos). A reforçar este padrão de menor interacção social, identificam-se mais com a sua «terra» do que com o «país» (54% contra 47%), o que confere com o facto de terem uma mobilidade geo-profissional menor (45% com baixa mobilidade contra 39%). Previsivelmente, consideram mais importantes as opiniões da Igreja do que as dos partidos políticos (59% contra 49%), sendo muito elevadas as não-respostas ao quesito (15% contra 9%), donde resulta que apenas 25% atribuem mais importância à opinião dos partidos do que à da Igreja (contra 42% dos que manifestaram simpatia por um partido qualquer).

A culminar este padrão, 75% contra 66% consideram não ter possibilidades de «influenciar a evolução do país» e, dos poucos que se acham capazes de tal, só 74% contra 85% acreditam no poder do voto para influenciar a evolução do país. Naturalmente, apenas 20% contra 34% acreditam nos partidos para esse mesmo efeito. De acordo ainda com este padrão, que adiante retomaremos, os «sem partido» apresentam uma taxa de sindicalização que é menos de metade da dos inquiridos que manifestaram a sua simpatia partidária (6% contra 13%) e o mesmo se diga da filiação noutras associações profissionais (4% contra 9%). Quanto à filiação partidária, paradoxalmente, ainda surgem 1,4% de inquiridos que não quiseram revelar as suas simpatias, mas que, mesmo assim, admitem estar filiados num partido não identificado, contra 9% de filiados entre aqueles que não tiveram relutância em revelar as suas simpatias partidárias.

## NOTA SOBRE OS MILITANTES PARTIDÁRIOS

No extremo oposto aos «sem partido», vale a pena identificar o universo restrito dos militantes partidários segundo as suas simpatias:

Militantes partidários	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Filiados . . . . .	6	12	9	6	18	15	—	3
Não filiados . . . . .	94	86	91	94	82	85	100	95
Não-respostas . . . . .	—	2	—	—	—	—	—	2

Projectando para o universo da população inquirida, estas percentagens apontam para cerca de 415 000 indivíduos filiados em partidos políticos, dos quais 32% no PSD, 30% no PS, 20% no PCP, 7% no CDS, 2% em outros partidos identificados e 9% em partidos não identificados. Desde logo se obser-

va uma tendência frequentemente registada pela sociologia, segundo a qual, quanto menor é o grupo de simpatia, maior é a propensão dos membros do grupo para se filiarem. A regra não é absoluta, mas confirma-se para o PS, cujo grupo de «simpatizantes» é aquele que revela menor propensão para aderir ao partido; inversamente, a maior taxa de filiação encontra-se, de acordo com a voz corrente, entre os «simpatizantes» do PCP, sendo provável, aliás, que este grupo esteja sub-representado na nossa amostra por motivos de estratificação regional.

O universo dos militantes partidários é, como já havíamos verificado no nosso inquérito de 1991, predominantemente masculino, na proporção de um para dois, e predominantemente jovem (perto de metade têm menos de 35 anos). Conforme também já havíamos verificado no nosso inquérito anterior, os militantes partidários recrutam-se predominantemente nos estratos mais instruídos da população (45% atingiram, pelo menos, o nível secundário, contra apenas 27% no conjunto da população). Correlativamente, recrutam-se também de forma predominante nos estratos sociais e económicos superiores, com notória sub-representação quer do estrato social mais baixo, quer do estrato económico mais pobre. Esta tipologia dos militantes partidários, isto é, esta coincidência tendencial entre elite política e elites sociais masculinas, jovens e comparativamente bem situadas na vida, ilustra não só o carácter tendencialmente oligárquico do nosso sistema político, a que já nos referimos noutra texto<sup>11</sup>, como indicia também, por contraste, a exclusão das camadas sociais mais baixas, particularmente as mulheres e os idosos, da participação política organizada.

## CIDADANIA E DISTÂNCIA-AO-PODER

A noção de distância-ao-poder (*power-distance*) foi codificada por Geert Hofstede no seu estudo sobre determinados padrões sócio-culturais em cinco dezenas de países, entre os quais Portugal<sup>12</sup>. Independentemente do carácter restrito do universo e do tipo de atitudes dos inquiridos, já então Hofstede observou o pronunciado distanciamento ao poder revelado pelos Portugueses à escala internacional. Antes de apresentarmos os nossos próprios resultados, que confirmam totalmente aqueles que havíamos encontrado em 1991, convém que atentemos em dois outros índices relativos a indicadores que funcionam, por assim dizer, como instrumentos de mediação entre as estruturas sociais e a forma como a população inquirida se distribuiu, segundo as suas simpatias e antipatias partidárias, de acordo com o índice de distância-ao-poder.

---

<sup>11</sup> M. V. Cabral, «A teoria das oligarquias partidárias revisitada», in *Finisterra*, Lisboa, Fundação José Fontana, n.º 8, 1991, pp. 81-92.

<sup>12</sup> G. Hofstede, *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values* (1968-1972), Sage, 1984.

Construímos, assim, um índice de *exposição aos media informativos* com base na frequência com que os inquiridos vêem telejornais e lêem semanários e jornais diários, por esta ordem de pontuação crescente, de acordo com a sua correlação com o índice de mobilização cognitiva, que examinaremos a seguir.

Exposição aos <i>media</i> informativos	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Forte . . . . .	19	36	19	22	22	33	10	22
Média . . . . .	29	23	34	30	26	65	28	25
Fraca . . . . .	22	21	18	25	30	—	22	17
Nula . . . . .	30	21	29	22	23	2	40	37
Saldo das respostas extremas . . .	(-11)	(+15)	(-10)	(0)	(-1)	(+31)	(-30)	(-15)

Os resultados globais para o país revelam uma distribuição tendencialmente negativa. Apesar de a larga maioria dos inquiridos se concentrar nas categorias intermédias (51%), são, contudo, muito mais as pessoas com exposição nula aos *media* informativos (30%) do que aquelas que apresentam forte exposição (19%). Esta distribuição está estreitamente correlacionada com o género (os homens apresentam uma exposição duas vezes superior à das mulheres), com a idade (os grupos etários até aos 54 anos «consomem» mais informação do que os mais idosos) e, maciçamente, com o nível de instrução (enquanto 85% dos inquiridos com nível de instrução superior ou médio têm uma exposição alta ou média, 88% dos inquiridos com a primária incompleta ou que não foram à escola apresentam uma exposição aos *media* informativos fraca (28%) ou nula (60%, isto é, o dobro do valor encontrado para o país no seu conjunto). Correlativamente, o consumo de informação é directamente proporcional ao estatuto social e económico dos inquiridos. São, pois, os homens mais jovens, mais instruídos e de mais elevado estatuto sócio-económico quem revela maior exposição aos *media* informativos. É neste sentido que se vê de que maneira a informação funciona não só como um indicador, mas também como um instrumento de mediação entre as propriedades sócio-demográficas da população e o modo, senão o grau, da sua participação na vida social enquanto articulação da cidadania.

Segundo as simpatias partidárias, este indicador indirecto da cidadania revela uma distribuição significativa. Por um lado, é ainda consistente com o que sabemos da composição social de cada grupo, já que os de estatuto mais elevado (os «simpatizantes» do CDS e dos «outros partidos») são os únicos que apresentam um saldo positivo entre as respostas extremas. Por outro lado, todavia, é significativo que os «simpatizantes» do PS (saldo nulo) e até do PCP (saldo muito ligeiramente negativo), apesar do seu estatuto social inferior, em termos médios, aos «simpatizantes» do PSD, revelem uma propensão para o consumo de informação claramente mais forte do que estes

últimos, cuja distribuição é a que mais se aproxima da distribuição nacional (saldo negativo quase idêntico ao do país).

Entre os inquiridos «sem partido», o resultado corresponde ao esperado para o grupo daqueles que declararam não ter simpatia por nenhum partido, cujo saldo negativo é muito elevado e indicia um desinteresse pela informação maior, porventura, do que aquela que corresponderia ao seu perfil sociográfico. O resultado encontrado para o grupo dos não-respondentes é algo surpreendente, já que o seu saldo negativo, embora superior ao do país, esconde uma elevada percentagem de inquiridos com exposição aos *media* informativos forte ou média. É possível, portanto, que estejamos perante um pequeno grupo de pessoas que, embora razoavelmente informadas acerca da vida política, optam deliberadamente por ocultar as simpatias partidárias que porventura nutram; é um direito que lhes assiste, mas que não indicia interiorização da cidadania democrática.

O índice de *mobilização cognitiva* é utilizado há largo tempo nos estudos do *Eurobarómetro* e destina-se, através do cruzamento de duas perguntas *standard*, a identificar os chamados «líderes de opinião» e a medir, de forma geral, a propensão dos inquiridos para a formação e defesa das suas opiniões, em especial as suas opiniões políticas. Já no nosso inquérito de 1991 observámos a fortíssima correlação entre este índice e os mesmos correlatos encontrados para o índice de exposição aos *media* informativos. A mobilização cognitiva, assim definida, revela-se, pois, um novo instrumento de mediação entre as estruturas sociais e aquilo que temos vindo a designar, genericamente, por cidadania, ou seja, a mobilização de recursos cognitivos para a participação na vida cívica e política.

Se a tendência geral da população para o consumo de informação se havia revelado já negativa, a distribuição segundo a mobilização cognitiva revela-se ainda mais negativa, isto é, mais selectiva, em termos sociais, nomeadamente em termos de recursos educativos ao alcance da população. Com efeito, agregando as duas categorias superiores por oposição às duas inferiores, apenas 28% dos inquiridos revelam uma mobilização cognitiva forte ou média contra 72% com fraca ou nula mobilização.

Mobilização cognitiva	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Forte . . . . .	6	10	6	8	11	24	3	2
Média . . . . .	22	29	29	26	29	40	12	19
Fraca . . . . .	35	32	32	36	37	28	38	31
Nula . . . . .	37	28	33	30	23	8	47	48
Saldo das respostas extremas . . . .	(-31)	(-18)	(-27)	(-22)	(-12)	(+16)	(-44)	(-46)

Antes mesmo de considerarmos a distribuição segundo as simpatias partidárias, surge uma clivagem nítida entre os inquiridos «sem partido» e «com

partido», apresentando estes últimos sempre saldos entre as respostas extremas inferiores ao conjunto do país e os «sem partido» saldos sempre muito superiores à média nacional. É manifesta, pois, a desmobilização dos «sem partido» perante os processos de formação da opinião pública. A confirmar os resultados encontrados para o índice anterior, o grupo dos não-respondentes, apesar de apresentar um saldo ligeiramente mais negativo do que o grupo daqueles que declararam não ter simpatia por nenhum partido, conta com uma percentagem mais significativa de pessoas com alta ou média mobilização (21%) do que o outro grupo dos «sem partido» (15%).

Outra clivagem notória é a que distingue, de entre os grupos de simpatia partidária, os «simpatizantes» dos pequenos e dos grandes partidos, apresentando os primeiros níveis de mobilização bastante superiores, em especial os do PCP e, claro está, o pequeno grupo dos simpatizantes dos «outros partidos». Por seu turno, o grupo que apresenta o saldo entre respostas extremas mais próximo do encontrado para o país é o do PSD, que, mesmo assim, conta com uma percentagem de «simpatizantes» com alta e média mobilização cognitiva ligeiramente superior à do PS, o que poderá dever-se ao facto de contar também uma percentagem maior de «simpatizantes» com níveis superiores de instrução. A terminar, como já havíamos observado para a taxa de adesão partidária, também a mobilização cognitiva de cada grupo é quase inversamente proporcional à dimensão do próprio grupo. Finalmente, a estatuto sócio-económico igual, os «simpatizantes» dos partidos de Esquerda têm tendência para mostrar uma mobilização cognitiva superior.

Resta-nos terminar este ensaio de caracterização e interpretação dos grupos de simpatia e antipatia partidária em Portugal com uma tentativa para medir a *distância-ao-poder* no seio da população. Este índice combina uma dimensão subjectiva (relativa à capacidade sentida pelos inquiridos para «influenciar a evolução do país») e uma dimensão objectiva (relativa à participação dos inquiridos medida pela pertença a diversos tipos de associações cívicas). Num máximo possível de 12 pontos, nenhum inquirido atingiu mais de 9, que constitui, assim, a pontuação indicativa da máxima proximidade ao poder. Zero pontos representa a máxima distância. Eis a distribuição da população segundo os cinco escalões em que agregámos as pontuações obtidas:

Distância-ao-poder	País	CDS	PSD	PS	PCP	Outros	Nenhum	NR
Mínima (5-9) . . . . .	3	3	3	3	6	16	0	0
Pequena (3+4) . . . . .	4	6	6	5	8	19	2	3
Média (2) . . . . .	8	12	9	8	13	29	6	5
Grande (1) . . . . .	24	28	26	30	28	1	17	21
Máxima . . . . .	61	51	55	54	45	35	75	71
Saldo das respostas extremas . . . .	(-58)	(-48)	(-52)	(-51)	(-39)	(-19)	(-75)	(-71)

A primeira conclusão é que, de todos os indicadores e índices apresentados até aqui, nenhum aponta para uma tão profunda desigualdade como este. Por outras palavras, nenhum recurso parece estar tão mal distribuído, na sociedade portuguesa, como o «poder», ou melhor talvez, a cidadania. Como em 1991, com uma metodologia algo diversa, confirma-se que mais de 60% da população portuguesa não está inserida em qualquer associação cívica nem considera ter qualquer influência na evolução do país. E são mais 24% os que dão mostras de apenas possuírem uma ténue associação ao «poder». Ao todo, 85% da população situa-se — quer no plano subjectivo, quer no plano objectivo da participação associada — nos dois escalões de máxima distância-ao-poder. Inversamente, apenas 3% se encontram no topo da escala e só 7% apresentam apreciável proximidade ao poder.

Os correlatos sócio-demográficos desta profunda desigualdade são os previsíveis. Com efeito, os homens manifestam uma distância-ao-poder nitidamente menor do que as mulheres (51% no escalão de máxima distância contra 70%), bem como os grupos etários mais jovens (até aos 54 anos a percentagem de inquiridos situados no último escalão varia entre 52% e 55%, contra 73% para o grupo etário dos 55-64 anos e 81% para os mais idosos). O acesso reconhecidamente desigual à instrução é, porventura, o correlato mais significativo da desigualdade perante o «poder», com 20% dos inquiridos com instrução universitária ou média nos dois escalões de maior proximidade ao poder, 14% dos inquiridos com instrução secundária, 5% apenas dos que têm o ciclo ou a instrução primária e pouco mais de 1% dos que não completaram a instrução primária ou não foram à escola a situarem-se nos referidos dois escalões superiores. Inversamente, apenas 31% dos universitários se encontram no escalão de máxima distância-ao-poder, contra 83% dos que não chegaram a completar a instrução primária ou nunca foram à escola.

Quanto ao estatuto social e económico dos inquiridos, de resto fortemente associado ao seu nível de instrução, confirma-se que a proximidade ao poder é directamente proporcional ao nível económico — quanto mais ricos, mais próximos do poder; quanto mais pobres, mais longe dele — e virtualmente proporcional ao estatuto social, embora os indivíduos situados no estrato médio-alto, porventura mais jovens e mais instruídos do que os do estrato alto, revelem maior proximidade ao poder do que estes últimos; quanto aos outros estratos, verifica-se a proporcionalidade: quanto mais baixo o seu estatuto, mais distantes do poder...

Dado este peso esmagador das determinações sociais no posicionamento dos inquiridos em relação à assunção e ao exercício da cidadania, é de assinalar que as atitudes perante o sistema político, aferidas pelas simpatias e antipatias partidárias, contrariam nalguma medida o peso das determinações objectivas. Desde logo, é notório que os «sem partido», isto é, os inquiridos que não responderam ao quesito ou que declararam não ter simpatia por qualquer partido, situam-se esmagadoramente nos escalões de maior distância-ao-poder e não têm qualquer presença no escalão de maior proximidade. Em grande parte

por factores sociais já amplamente analisados, mas também por autodistanciamento e mesmo rejeição em relação ao sistema político, o certo é que este grupo dos «sem partido» — 40% da população — se encontra virtualmente excluído da participação associada na vida cívica, para não dizer da cidadania activa.

Quanto aos grupos de simpatia partidária, todos eles revelam um distanciamento ao «poder» menor do que os «sem partido», o que equivale a dizer que a mera declaração de uma simpatia partidária qualquer, enquanto manifestação de um grau mínimo de identificação com o sistema político-partidário, é já de si um revelador, senão mesmo um instrumento, da cidadania. Posto isto, verifica-se, todavia, que os dois maiores grupos de «simpatizantes» (PS e PSD) apresentam uma distribuição de atitudes e comportamentos perante o «poder» muito semelhante à distribuição nacional, reflectindo, sem dúvida, o peso das suas determinações sociais e culturais. É de notar que os «simpatizantes» do PSD, apesar de este partido estar sozinho no governo há 10 anos, nem por isso se sentem mais próximos do «poder», apresentando mesmo o saldo entre respostas extremas mais negativo de todos os grupos de simpatia partidária.

Já o pequeno grupo dos «simpatizantes» do CDS, reflectindo a sua composição social mais elevada em termos médios, manifesta maior proximidade ao «poder». Por seu turno, os «simpatizantes» do PCP contrariam claramente os efeitos de distanciamento que poderiam esperar-se do seu nível de instrução mais baixo, do peso dos grupos etários mais velhos e do seu estatuto sócio-económico também mais baixo. Manifestam, assim, uma capacidade subjectiva e objectiva para o exercício da cidadania muito superior à dos «simpatizantes» de qualquer dos três outros partidos principais. Finalmente, o pequeníssimo grupo dos «simpatizantes» dos «outros partidos» confirma o perfil de hipermobilização que já sabíamos caracterizá-lo. Em suma, a proximidade do «poder», tal como aqui entendemos, não é tanto uma questão de identificação com o partido no governo como uma questão de atitude sócio-cultural e de mobilização e participação cívica.

## CONCLUSÃO

Não se trata, como é evidente, de esboçar qualquer «retrato-robot» dos grupos de simpatia partidária e dos «sem partido» em Portugal. Neste sentido, as conclusões relativamente previsíveis, senão mesmo óbvias, que este estudo consente foram já tiradas à medida que prosseguíamos na apresentação dos caracteres sócio-demográficos e das atitudes da população portuguesa, segundo a sua identificação — positiva ou negativa — com a actual oferta político-partidária. Apenas nos resta, portanto, recapitular essas conclusões na perspectiva das relações entre a equidade social e a cidadania política em Portugal.

Para além dos efeitos de conjuntura que um estudo deste género inevitavelmente contém e que só uma futura análise longitudinal permitirá controlar,

se não ultrapassar, constata-se que existe, efectivamente, uma nítida relação inversa entre a distribuição de recursos materiais e simbólicos, por um lado, e a assunção e exercício da cidadania política, por outro lado. Dito de outro modo, quanto mais favorável é a avaliação da equidade do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas, mais forte se revela a tendência para participar de forma associada na vida cívica e para assumir o exercício da cidadania política. Inversamente, quanto maior é o sentimento de iniquidade social, maior é a tendência para a desidentificação político-partidária e para a desmobilização cívica.

Verificou-se também, como era de esperar, que a distribuição dos sentimentos relativos à equidade do sistema sócio-económico não é errática, obedecendo sim a fortes regularidades sociais. Segundo estas, quanto mais desfavorável for a posição no sistema de estratificação — e as mulheres, os idosos e as pessoas menos instruídas convergem, por ordem crescente dos factores enumerados, para os estratos sociais e económicos mais baixos —, maior será o sentimento de iniquidade e menor será a identificação político-partidária, bem como a participação cívica. Subjacente à avaliação predominantemente negativa que os Portugueses fazem da equidade do sistema sócio-económico, emerge um «sentimento de justiça» comum a todos os estratos sociais e que parece fundar empiricamente a noção de justiça como equidade teorizada por John Rawls.

Entre o sistema de estratificação sócio-económica propriamente dito e as modalidades de assunção e exercício da cidadania política emergiram, por seu turno, dois factores de mediação e potenciação: a exposição aos *media* informativos e a mobilização cognitiva, cuja determinação principal reside no nível de instrução. Assim, a desigualdade da distribuição dos recursos educativos reflecte-se, de forma agravada, na desigualdade de recursos informativos e, por maioria de razão, na dos recursos cognitivos, isto é, na desigualdade perante os processos de formação e afirmação das opiniões políticas. Todos estes défices acumulados se reflectem — mediados, por seu turno, pelos indicadores de participação associada — numa profunda desigualdade perante o «poder», ou seja, perante as capacidades objectivas e subjectivas, entre si obviamente relacionadas, para influenciar a vida do país.

No plano específico das simpatias e antipatias partidárias expressas pela população portuguesa, verificou-se uma clivagem acentuada entre aqueles que dão uma resposta positiva à actual oferta político-partidária, manifestando graus diversos de identificação com um partido qualquer, e aqueles a quem chamámos por comodidade os «sem partido», isto é, aqueles que revelaram, de uma forma ou de outra, não se identificarem com qualquer formação do actual espectro partidário. A clivagem divide os Portugueses quase ao meio, segundo determinações sócio-demográficas e económicas previsíveis: a desidentificação partidária predomina entre as mulheres, os idosos, os menos instruídos e os mais pobres, categorias todas elas relacionadas entre si.

Resta acrescentar que as diferenças de atitude dos dois grandes grupos — «com» e «sem» partido — perante o conjunto de temas sociais inquiridos se revelaram também consistentes e previsíveis, manifestando sempre o primeiro grupo uma orientação mais forte aos valores modernos predominantes nas sociedades da nossa área geo-cultural. Contudo, estas diferenças tendem a ficar dentro de limites de variação relativamente estreitos, confirmando a tendência da população portuguesa para a elevada homogeneidade atitudinal já observada no nosso estudo de 1991.

Finalmente, no que respeita aos «simpatizantes» dos diversos partidos, verificou-se que, com excepção de algumas questões de forte cunho ideológico, em especial a orientação à igualdade, predominante à Esquerda, as variações atitudinais são limitadas e fortemente condicionadas pela tendência para a homogeneidade acima referida. As diferenças nas atitudes sociais dos diversos grupos de simpatia partidária parecem reflectir, antes de mais, a sua diferente composição social, a qual aponta no sentido de os «simpatizantes» dos partidos de Esquerda, incluindo o PS, se recrutarem entre os sectores menos favorecidos da sociedade portuguesa. Dito isto, é manifesto que estes mesmos «simpatizantes» da Esquerda, sobretudo os do PCP e dos pequenos partidos da extrema-esquerda, revelam uma orientação à modernidade mais vincada do que os dos partidos de Direita.

De acordo com estas orientações diferenciadas entre os «simpatizantes» da Esquerda e da Direita, observa-se que os primeiros revelam, de uma forma geral, uma tendência mais acentuada para a aquisição de recursos informativos e para a mobilização cognitiva. Isto manifesta-se, por último, na maior propensão dos «simpatizantes» dos partidos de Esquerda, sobretudo os do PCP, para a assunção e o exercício da cidadania, o que contraria a tendência geral das pessoas de mais baixo estatuto sócio-económico, entre os quais eles se recrutam predominantemente, para a desidentificação partidária e a desmobilização cívica. A clivagem Esquerda-Direita é, contudo, tanto mais ténue quanto os dois maiores grupos de simpatia partidária (PS e PSD, representando entre eles 50% da população) revelam padrões atitudinais, disposições cognitivas e comportamentos cívicos bastante próximos dos perfis nacionais, ficando as diferenças a dever-se ao facto de os «simpatizantes» do PS serem mais jovens e mais inseridos na vida activa, nomeadamente como assalariados, do que os do PSD.

A concluir, verificou-se ainda que o pequeno segmento da população (6%) que declarou estar filiado nalguma das formações do actual espectro partidário apresenta, com a possível excepção dos militantes do PCP, que a amostra não permite aprofundar, uma composição sócio-demográfica e económica claramente privilegiada, que coloca os militantes partidários, no seu conjunto, em manifesto contraste com o resto da população. O carácter tendencialmente

oligárquico desta elite política funciona, pois, como um revelador, senão mesmo como um potenciador, da enorme *distância-ao-poder* em que se encontra mergulhada, por contraste, a esmagadora maioria da população. Não é impossível que esta estrutura social quasi-segmentada perante a participação política funcione, também, como reprodutora do défice de cidadania que se observa no país. Em consequência, é a própria consolidação democrática, para não falar daquilo a que P. Schmitter chama «a qualidade da democracia»<sup>13</sup>, que se vê ameaçada pelos riscos de «a hegemonia social tender a constituir a base da hegemonia política»<sup>14</sup>.

## ANEXO

### Distribuição da população inquirida

[QUADRO I]

Género		Grupos etários					
Homens	Mulheres	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +
48	52	15	19	18	16	14	18

[QUADRO II]

Graus de instrução				Região	
Superior + médio	Secundário	Primária + + ciclo	Primária incompleta + + não escolaridade	Norte	Resto do país
9,5	18	51,5	20,5	36	64

<sup>13</sup> P. Schmitter, «Opinião pública e 'qualidade' da democracia em Portugal», in T. P. Gouveia (org.), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, FLAD-Pub. Dom Quixote, 1993, pp. 85-107.

<sup>14</sup> Juan L. Linz, «Legitimacy of democracy and the socio-economic system», in M. Dogan (org.), *Comparing pluralist democracies: strains on legitimacy*, Boulder, Westview Press, 1988, pp. 65-113.

**Índice de estatuto social**

Este índice é composto em função do cruzamento de duas variáveis respeitantes à pessoa que, no agregado doméstico do inquirido, mais contribui para o rendimento global desse agregado. As duas variáveis referidas são o grupo ocupacional e o grau de instrução, cruzadas de forma a garantirem uma adequada adaptação ao caso português da grelha da ESOMAR (European Society for Opinion and Marketing Research), daqui resultando cinco estratos, correspondendo o grupo A ao estrato social mais elevado e o grupo E ao mais baixo:

**Ocupação**

[FIGURA N.º 1]

Instrução	1	2	3	4	5+6	7+8	9	10	11	12	13	14
Analfabeto												(E)
Instrução primária incompleta		(C)										
Instrução primária completa							(D)					
2.º ano (6.º actual)												
5.º ano (9.º ano actual)												
7.º ano (11/12.º actual)												
Curso médio/politécnico		(A)										
Universitária							(B)					

São os seguintes os grupos ocupacionais considerados:

- 01 – Patrão/proprietário (agricultura, comércio, indústria, serviços) de empresa/loja/exploração com 6 ou mais trabalhadores;
- 02 – Quadros superiores (responsável por 6 ou mais trabalhadores);
- 03 – Quadros superiores (responsável por 5 ou menos trabalhadores);
- 04 – Profissões liberais e similares;
- 05 – Quadros médios (responsável por 6 ou mais trabalhadores);
- 06 – Patrão/proprietário (agricultura, comércio, indústria, serviços) em empresa/loja/exploração com 5 ou menos trabalhadores;
- 07 – Profissões técnicas, científicas e artísticas por conta de outrem;
- 08 – Quadros médios (responsável por 5 ou menos trabalhadores);
- 09 – Empregados de escritório;
- 10 – Estudantes, domésticas, inactivos;
- 11 – Empregados trabalhando sem ser em escritórios;
- 12 – Trabalhadores manuais e similares por conta própria;
- 13 – Desempregados;
- 14 – Trabalhadores manuais por conta de outrem.

**Índice de estatuto económico**

Este índice distribui a população segundo o número de bens duradouros possuídos, de entre uma lista preestabelecida de 10 itens, por qualquer membro do agregado doméstico do inquirido. Testado há vários anos pelo *Eurobarómetro*, este critério de estratificação económica foi adoptado pela ESOMAR (European Society for Opinion and Marketing Research) em substituição do rendimento declarado pelos inquiridos (cf. Yves Marbeau, «Harmonization of demographics in Europe 1991: the state of the art», in *Marketing and Research Today*, ESOMAR, March 1992, pp. 33-50).

**Índice de orientação à modernidade**

Este índice distribui os inquiridos segundo as respostas dadas às seguintes perguntas:

	Orientação maior	Orientação menor
Na sua opinião, o que é mais importante para assegurar o futuro dos jovens:		
Arranjar um bom emprego (48%) . . . . .	×	
Tirar um bom curso (50%) . . . . .		×
Há quem diga que os filhos devem procurar seguir a orientação da família e há quem diga que devem seguir a sua própria orientação. Qual é a sua opinião:		
Orientação própria (55%) . . . . .	×	
Orientação familiar (43%) . . . . .		×
Ao longo da vida, quando se tem de tomar decisões importantes, acha que as pessoas devem defender os seus próprios interesses ou os interesses da família:		
Interesses próprios (58%) . . . . .	×	
Interesses familiares (41%) . . . . .		×
Há quem pense que o aborto deve ser proibido por lei, mas há também quem pense que deve ser a mulher grávida a decidir. Qual é a sua opinião:		
Deve ser a grávida a decidir (66%) . . . . .	×	
Deve ser proibido por lei (31%) . . . . .		×
Para si, qual destes dois direitos é o mais importante:		
O direito de voto (38%) . . . . .	×	
A educação gratuita (60%) . . . . .		×

Entre parênteses, indicam-se as percentagens de respostas. A atribuição de sentido de maior ou menor orientação à modernidade às respostas é feita não só por

comparação internacional, mas por correlação com o nível de instrução e a idade dos respondentes, isto é, são consideradas «modernas» as respostas correlacionadas positivamente com os respondentes mais jovens e de mais elevado nível de instrução.

***Construção do índice de equidade***

Perguntas	Avaliação	
	Favorável	Desfavorável
1. <sup>a</sup> Acha que os Portugueses têm o suficiente para viver decentemente?	Sim	Não
2. <sup>a</sup> Nos últimos anos, em Portugal, as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres diminuíram ou aumentaram?	Diminuíram	Aumentaram
3. <sup>a</sup> Na sua opinião, as pessoas nascidas em famílias pobres conseguem ou não melhorar as suas condições de vida se trabalharem com esforço?	Sim	Não
4. <sup>a</sup> Em Portugal, acha que as oportunidades para os mais desfavorecidos melhorarem a sua condição económica estão a aumentar, a diminuir ou são as mesmas*?	Aumentar	Diminuir
5. <sup>a</sup> Quanto a si, tem a impressão de que os esforços que tem feito na vida foram recompensados ou não?	Sim	Não
6. <sup>a</sup> No seu entender, as desigualdades económicas devem-se sobretudo a qual destas razões:		
(a) Umhas pessoas esforçarem-se mais do que as outras . . . .	(a)	
(b) Certas pessoas terem uma origem social mais favorável .		(b)

\* As respostas «as mesmas» são incluídas na coluna «favorável» ou «desfavorável» conforme a resposta à 1.<sup>a</sup> pergunta for «sim» ou «não».

O índice de *equidade dinâmica* é composto pelas respostas às perguntas 2 + 4 em 1991 e pelas perguntas 2 + 4 + 5 em 1994; o índice de *equidade estática* é composto pelas respostas às perguntas 1 + 3 em 1991 e 1 + 3 + 6 em 1994.

Finalmente, todas as escalas de avaliação são tanto mais favoráveis quanto maior for, segundo os índices, o número de respostas incluídas na respectiva coluna (à esquerda).